

uff INEST

PPGEST - UFF

HOPLOS

Revista de
Estudos Estratégicos e
Relações Internacionais

Vol. 3 - No. 5 - 2019
ISSN: 2595-699X



HOPLOS

**Revista de Estudos Estratégicos e
Relações Internacionais**

ISSN 2595-699X

v.3 n. 5

Jul.-Dez. - 2019

Niterói - RJ



A “Hoplos” é a revista discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (PPGEST), da Universidade Federal Fluminense (UFF). Com periodicidade semestral, ela constitui um espaço plural de análise e discussão sobre temas que permeiam Estudos Estratégicos, Relações Internacionais e Ciência Política. Recebendo colaborações em sistema de fluxo contínuo e para a criação de dossiês temáticos, a revista publica artigos acadêmicos e resenhas de obras de edição recente e tem como principal objetivo a divulgação da produção de pós-graduandos/as e pesquisadores/as dessas áreas. Os textos recebidos são analisados em sistema de *blind review* e publicados mediante recomendação do Conselho Editorial.

Instituto de Estudos Estratégicos (INEST/UFF)

Diretor: Prof. Dr. Vagner Camilo Alves
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos – PPGEST: Prof. Dr. Thiago Moreira de Souza Rodrigues
Vice-Coodenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos – PPGEST: Prof. Dr. Gabriel Passetti
Chefe do Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais – DEI: Prof. Dr. Victor Leandro Chaves Gomes

EQUIPE EDITORIAL:

Editor: Priscilla Carvalho

Comitê Editorial: Jéssica Barreto, Mariana Janot e Priscilla Carvalho

Editoria de Redação: Beatriz Leal, Jéssica Barreto, Mariana Janot, Monique Lopes, Raquel Missagia e Roberta de Melo

Editoria de Comunicação: Denise Marini, Fabiane Assaf e Hugo Lage

Secretaria: Isabella Pereira

Projeto Gráfico: Viviane de Oliveira | www.vivinhaoliveira@gmail.com

CONSELHO EDITORIAL

Adriano de Freixo (UFF)

Érica Winand (UFRN)

Fernando Brancoli (UFRJ)

Francine Rossone (UFF)

José Pedro Zúquete (Universidade de Lisboa)

Mônica Leite Lessa (UERJ)

Rafael Rossoto Ioris (University of Denver)

Sabrina Medeiros (EGN)

Suhayla Khalil (FESP-SP)

Suzeley Khalil (UNESP)

Thiago Moreira Rodrigues (UFF)

Williams Gonçalves (UERJ)

CONTATO

Instituto de Estudos Estratégicos - INEST
Universidade Federal Fluminense – UFF Campus do Valonguinho – Alameda Barros Terra, S/N – 2º andar. Centro – Niterói – RJ
CEP. 24020-150 E-mail: revistahoplos@gmail.com ISSN 2595-699X





SUMÁRIO

EDITORIAL

Comitê Editorial9

RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS POR MEIO DAS IMAGENS: OS “QUADROS HISTÓRICOS DA GUERRA DO PARAGUAY” E A RELAÇÃO BRASILEIRA COM O MUNDO “CIVILIZADO”

Álvaro Saluan da Cunha e Raphael Braga de Oliveira11

A ESTRATÉGIA NEOZELANDESA PARA A ANTÁRTICA: ALIANDO ASPECTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS PARA GARANTIR OS INTERESSES LIGADOS À DEFESA

Gabriele Marina Molina Hernandez e Thayná Fernandes Alves Ribeiro.....31

THE CASE OF LONG-TERM CARE POLICIES: THEORY AND AN OVERVIEW ACROSS THE OECD AND BRAZIL

Larissa dos Santos Domingues45

A GUERRA REAL E O DEBATE SOBRE O FENÔMENO BÉLICO

Pedro Henrique Miranda Gomes59

“NA VERDADE, EU SOBREVIVI”: A HOMOSSEXUALIDADE NO EXÉRCITO BRASILEIRO

José Fontenele Brito Junior.....75





EDITORIAL

Em meio à crise mundial que vivemos, marcada pela pandemia do coronavírus e pelo afastamento do convívio social, é com grande satisfação que lançamos esse novo número.

Além de significar um momento de consagração para os estudiosos que dedicam suas vidas ao trabalho intelectual, a publicação de artigos inéditos visa contribuir para a democratização do acesso a pesquisas acadêmicas. A revista “Hoplos” abrange temas sobre Estudos Estratégicos, Relações Internacionais e Ciência Política e almeja constituir um espaço plural de discussão de ideias.

Nesse volume, contamos com uma gama de assuntos. O primeiro artigo reflete sobre relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai, a partir da coleção “Quadros Históricos da guerra do Paraguay”, contribuindo para a discussão sobre a formação nacional brasileira. O segundo trata dos insumos científicos e tecnológicos empreendidos pela Nova Zelândia com relação ao continente Antártico, dada a importância estratégica desta região para a Oceania. Em seguida, o terceiro artigo discute as políticas de cuidado aos idosos promovidas no âmbito da OCDE e no Brasil, tema cuja relevância reside nas mais recentes tendências demográficas e socioeconômicas. Logo após, o quinto artigo argumenta sobre a necessidade de uma nova ontologia da guerra, à luz do fenômeno bélico no contexto atual. Por fim, o sexto artigo dessa edição discute um tema premente na atualidade: a homossexualidade no Exército brasileiro.

Fazemos votos de boa leitura!

Comitê Editorial





**Álvaro Saluan da
Cunha**

Doutorando e Mestre
em História pelo
Programa de Pós-
Graduação em
História da
Universidade Federal
de Juiz de Fora.
Bacharel e
Licenciado em
História com ênfase
em Patrimônio
Histórico pela mesma
instituição.

**Raphael Braga de
Oliveira**

Mestrando em
História Social pelo
Programa de Pós-
Graduação em
História da
Universidade Federal
Fluminense e
Bacharel e
Licenciado em
História pela mesma
instituição.
E-mail:
braga.rafaeloliveira
@gmail.com

RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS POR MEIO DAS IMAGENS: OS “QUADROS HISTÓRICOS DA GUERRA DO PARAGUAY” E A RELAÇÃO BRASILEIRA COM O MUNDO “CIVILIZADO”

Resumo: No final da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), ocorreram variadas produções para celebrar os êxitos brasileiros em batalha, mesmo problemas sociais e econômicos que o conflito trouxe para o país. Nesse contexto, a coleção *Quadros históricos da guerra do Paraguai* contou com nove fascículos, onde as litografuras foram baseadas em pinturas e desenhos de personagens de prestígio no mundo das artes, além de textos escritos por diversos intelectuais da época, onde eram abordadas algumas passagens do conflito. Foi mapeada a aquisição dessa coleção pelos Ministérios do Império, que circulou dentro do Estado e fora dele, enviando a diversas legações da América e além-mar, utilizando-se do discurso civilizador. Este artigo mostrará a aproximação da coleção com as relações diplomáticas do período, que inclui a ação de José Maria da Silva Paranhos Júnior, futuro Barão do Rio Branco, que fazia desenhos e comentava a guerra no periódico francês *L'Illustration*, defendendo o ponto de vista brasileiro.

Palavras-chave: Guerra da Tríplice Aliança; imprensa ilustrada; litografias; Barão do Rio Branco.

Abstract: At the end of the War of the Triple Alliance (1864-1870) there were varied productions to celebrate Brazilian successes in battle, even social and economic problems that the conflict brought to the country. In this context, the collection *Quadros históricos da guerra de Paraguay* has nine fascicles, where the lithographs were based on paintings and drawings of prestigious characters in the world of the arts, besides texts written by several intellectuals of the time, where some passages of the conflict. It was mapped out the acquisition of this collection by the Ministries of the Empire, which circulated within and outside the State, sending to various legations from America and beyond, using the civilizing discourse. This article will show the approximation of the collection with the diplomatic relations of the period, which includes the action of José Maria da Silva Paranhos Júnior, future Barão do Rio Branco, who made drawings and commented on the war in the French periodical *L'Illustration*, defending the point of Brazilian view.

Keywords: War of the Triple Alliance; illustrated press; lithographs, Rio Branco Baron.



1. Introdução

Os estudos recentes sobre a cultura visual, feitos a partir da década de 1990, contribuíram para expandir as pesquisas sobre o século XIX no Brasil. A temática da nação é de extrema importância nesse contexto para a compreensão de como os países forjavam a sua história por meio das artes, em especial as pinturas e as gravuras e sua reprodutibilidade avançada.

As estampas contavam com uma circulação muito superior a primeira, por meio de técnicas como a litografia e a xilografia, as mais utilizadas no Brasil, com o objetivo de propagar discursos que formavam projetos políticos de poder. Seja por meio da imprensa ilustrada ou pelas gravuras e coleções elaboradas, o objetivo ia além da celebração do êxito da Tríplice Aliança ante o Paraguai. Nessas produções criava-se uma visão dicotômica, onde o Brasil era tido como um país “civilizado” que venceu a “barbárie” paraguaia, observada por boa parte dos brasileiros – e a própria imprensa – como índios selvagens, bárbaros. Essas produções também tinham outro objetivo: de unir o povo em torno de uma identidade nacional, que também se beneficiou da estética da guerra para tal feito.

Este artigo analisará como o Império brasileiro agiu acompanhado das transformações na cultura visual do oitocentos. Com um papel de protagonista como incentivador da produção artística sobre a guerra, o Estado possivelmente financiou de alguns periódicos. No que se refere à pintura histórica, a maior parte delas era diretamente encomendada ou comprada pelas armas brasileiras ou outros órgãos ligados a Coroa, subentendendo-se que havia um grande interesse em investir na imagem vitoriosa do Império ao se buscar criar uma identidade nacional a partir da guerra.

No caso das coleções de gravuras e textos, como os Quadros históricos da guerra do Paraguay, objeto abordado pela dissertação de Álvaro Saluan da Cunha¹, houve a compra de diversos fascículos por todo o Brasil, que eram adquiridos por alguns Ministérios do Império. Ansiava-se assim a seguir uma espécie de “script” europeu, bastante observado na cultura visual francesa, com a produção, circulação, ensino e rituais semelhantes ao período das guerras napoleônicas. Assim, o Brasil buscava a inserção no hall dos Estados ditos “civilizados”. Este trabalho tem como objetivo compreender como foi feita a aproximação artística por meio de rituais, entre as nações com a prática cultural do colecionismo – no caso a coleção de Quadros históricos da guerra do Paraguay – e o uso dos jornais como instrumento de divulgação e crítica.

2. Os *Quadros históricos da guerra do Paraguay*

A litografia, criação de Alois Senefelder, era o método muito mais barato, ágil e que contava com traços mais bem delineados, sobretudo se comparado à xilografia, outra técnica muito usada nas

¹ A dissertação de Cunha (2019) busca levantar os diversos processos da coleção, indo desde a editoração, circulação e artistas e intelectuais envolvidos, a uma análise iconográfica que traz diversas gravuras congêneres do período.

folhas ilustradas e em gravuras de menor qualidade. A partir de suas propriedades estéticas aprimoradas e da facilidade de reprodução da técnica litográfica, mudou-se radicalmente a forma como a imprensa lidava com as imagens, reproduzindo imagens como nunca havia sido feito.

Com o acúmulo de capital obtido com a exploração da escravidão de negros africanos e o fluxo de imigração de profissionais liberais, houve um maior investimento no aparato tecnológico, que conseguiu inovar e criar representações ilustradas para as páginas dos periódicos, algo que despertou o interesse e o consumo por parte do público de forma gradativa. Essas inovações permitiram uma maior difusão dos trabalhos de inúmeros pintores, fossem eles consagrados ou jovens aspirantes às artes e ofícios, que já enfrentavam inúmeras limitações de exposição e circulação de suas obras até mesmo no principal local de produção cultural da Corte, a cidade do Rio de Janeiro.

As Exposições Gerais de Belas Artes e as Exposições Nacionais tinham um público considerável, mas, ainda assim, havia um limitado alcance, que foi diminuído com a expansão das imagens apresentadas nos periódicos. Na segunda metade do oitocentos, a imprensa da Corte era ligada ao cotidiano popular, que destacava os costumes dos letrados pertencentes a classe senhorial em uma relação bastante verticalizada. O movimentado porto carioca era usado para a circulação de matérias-primas, periódicos, gravuras e até mesmo pedras litográficas nacionais e internacionais, movimentando ainda mais o ambiente intelectual ilustrado. Essa série de informações que chegava a Corte também levava para além-mar litografias e outros objetos produzidos no Brasil, algo que expandia ainda mais a circulação desses materiais.

Durante a Guerra da Tríplice Aliança os periódicos ilustrados obtiveram grande êxito, modificando os modos de ver da época com a representação de cenas do conflito nas páginas dos jornais, revolucionando a forma com a qual as notícias e imagens eram consumidas, indo além das narrativas textuais. Ao fim da guerra, coleções e álbuns como os *Quadros históricos da guerra do Paraguay* foram editorados com o intuito de celebrar e rememorar os êxitos brasileiros no campo de batalha, objetivando criar um discurso unificador da nação, explicitando os principais personagens com legendas e textos, que descreviam os personagens e expunham informações minuciosas sobre os momentos retratados.

Por meio do cruzamento de fontes primárias e a leitura da bibliografia temática, foi possível mapear a circulação do objeto dessa pesquisa na Corte, em outras províncias e até além-mar. A coleção *Quadros históricos da guerra do Paraguay* podia ser encontrada em anúncios feitos em diversos periódicos, que continham informações sobre o material, bem como o endereço onde poderia ser adquirido, sendo possível a aquisição dos fascículos completos, com páginas textuais e imagem, ou apenas as litografias, de forma avulsa. Posteriormente, foram vendidas encadernações completas, com oito ou nove gravuras e seus respectivos textos.

Os fascículos e gravuras são posteriores ao conflito, sendo algumas delas datadas entre os anos de 1871 e 1874. Todavia, não é possível precisar melhor as datas de todos os fascículos, restando apenas alguns anúncios que indicam pelo menos a possibilidade do ano de circulação de alguns deles. Essa imprecisão e pouca informação não é algo bastante corriqueiro na imprensa do século XIX. Foi possível criar o quadro abaixo através do cruzamento dos dados obtidos nas próprias imagens, em anúncios e catálogos, que segue a ordem da coleção²:

Quadro 1 – Os Quadros históricos da guerra do Paraguay

Nº	Título da litografia	Baseada em óleo de	Desenhista	Litógrafo	Título do texto	Escritor
Intro	sem litografia	-	-	-	<i>Introdução</i>	Cesar Muzzio ³
1	<i>Combate naval do Riachuelo</i>	-	Ângelo Agostini	Alf. Martinet	<i>O combate naval do Riachuelo</i>	*
2	<i>A Rendição de Uruguayana</i>	Pedro Américo	Ângelo Agostini	J. Reis Litógrafo / Souza Lobo	<i>A Rendição de Uruguayana</i>	A. E. Zaluar
3	<i>O ataque da ilha da Redempção</i>	Pedro Américo	-	J. Vitorino Litógrafo / A. de Pinho	<i>O ataque da ilha do Cabrita ou da Redempção</i>	Coronel Pinheiro Guimarães
4	<i>Assalto e ocupação de Curuzu</i>	Victor Meirelles	-	Huascar, editada por Fígaro	<i>A passagem do Curusú</i>	Dr. Ferreira de Menezes

² Ordem e nomes baseados nos dados cruzados disponíveis no Arquivo Geral do Rio de Janeiro, no catálogo da *Exposição de História do Brasil*, de 1881 e no jornal *Monitor Campista*, n. 282, 15/07/1882, p. 3. Isso não necessariamente define que todas as possíveis reproduções sejam feitas pelas mesmas oficinas litográficas.

³ De acordo com alguns anúncios em periódicos que serão mostrados a seguir, a *Introdução* era vendida com o primeiro fascículo do *Combate naval do Riachuelo*. É possível que a autoria do texto também seja de Cesar Muzzio.

5	<i>A passagem de Humaitá</i>	Victor Meirelles	-	Souza Lobo	<i>A passagem de Humaitá</i>	Felix Ferreira
6	<i>Passagem do Curuzu</i>	Eduardo De Martino	R. Pontremoli	Alf. Martinet	<i>A tomada de Curuzú</i>	Felix Ferreira
7	<i>O reconhecimento de Humaitá</i>	Eduardo De Martino	R. Pontremoli	-	<i>O Reconhecimento do Humaitá</i>	Dr. Ferreira de Menezes
8	<i>O Passo da Pátria</i>	Victor Meirelles	-	-	<i>A passagem do Passo da Pátria</i>	Coronel Pinheiro Guimarães
9	<i>Ataque e tomada do Estabelecimento</i>	Eduardo De Martino	R. Pontremoli	-	<i>Tomada do forte do Estabelecimento</i>	Felix Ferreira

Fonte: CUNHA, Álvaro Saluan (2019).

Os editores da coleção, tratados nos periódicos como os senhores A. de Almeida & C., respectivamente Antônio Pedro Marques de Almeida e Augusto de Castro, que também eram ligados ao periódico ilustrado *A Vida Fluminense*⁴. Posteriormente, por um momento, outro membro entraria nessa sociedade: o desenhista italiano Angelo Agostini, enteado de Antônio de Almeida. A *Vida Fluminense Oficina Litográfica* era diretamente relacionada aos três personagens citados, propriedade da sociedade Almeida, Castro & Angelo.

O *Diário do Rio de Janeiro* do dia 6 de fevereiro de 1871⁵, em sua seção “Noticiário”, referiu que os editores da coleção estiveram presentes na cerimônia de cumprimentos ao imperador D. Pedro II, citando-os apenas como os “editores dos *Quadros históricos da guerra do Paraguay*”. Esse encontro se repetiria, em outubro do mesmo ano⁶. Esse contato direto com o Imperador leva a crer em

4 De acordo com Augusto (2009), no período de 1868 a 1875, a redação da revista ocupou, respectivamente, os sobrados de números 59, 52 e 50 da tradicional Rua do Ouvidor, na região central do Rio de Janeiro.

5 *Diário do Rio de Janeiro*, nº 37, 06/02/1871, p. 1. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

6 *Ibidem.*, nº 295, 25/10/1871, p. 1.

uma possível influência do Imperador na criação da coleção, algo que acaba ficando mais explícito ao se perceber os altos valores utilizados pelos Ministérios nas aquisições de fascículos e na amplitude da circulação, feita de forma oficial e registrada em alguns periódicos, que serão brevemente demonstrados a seguir.

O *Jornal da Tarde* do dia 28 de janeiro de 1871 trazia em trecho alguns dos desejos iniciais dos editores em relação à criação da coleção e seus objetivos. Na seção “Gazetilha”, o anúncio da coleção enfatizava o desejo de se comemorar as glórias brasileiras por meio das gravuras e textos, além de trazer importantes informações:

– QUADROS HISTORICOS DA GUERRA DO PARAGUAY. – Nada mais justo do que procurar qualquer paiz commemorar as suas glorias, transmittindo aos vindouros perduraveis monumentos que as attemem. Tão heroicas e brilhantes foram as acções praticadas na ultima campanha pelos brasileiros, que estes não poderão negar o seu apoio a todo aquelle que procurar transmittil-as á posteridade. Os **Srs. A. de Almeida & C.**, propoem-se historiar aquelles feitos gloriosos em uma publicação de que são editores, **e que constará de vinte e quatro quadros, dos quaes** o texto ou a parte litteraria está commettida a hábeis e delicadas pennas e **as gravuras ao habilissimo e bem conhecido lapis do distincto artista, o Sr. Angelo Agoutini** (grifos nossos). Os quadros historicos da guerra do Paraguay serão inaugurados com o brilhante e heroico feito da batalha do Riachuelo⁷.

No dia 8 de fevereiro do mesmo ano, o mesmo *Jornal da Tarde* novamente abordava, agora em uma parte voltada a anúncios de produtos na última página, a coleção *Quadros historicos da guerra do Paraguay*, dando ainda mais detalhes do que estava por vir:

Todas as nações do mundo civilizado procuram recolher zelosamente os factos que as elevam na consideração universal, e tratam de colligir de um modo duradouro as glorias das contendidas em que foram vencedoras. **Conservar para a posteridade a memoria dos grandes feitos do nosso tempo é dever que a historia nos impõe**, e tarefa que o patriotismo reclama. O Brazil não podia esquivar-se a esse empenho de honra. (...) **é dever commemorar pela penna do historiographo e pelo lapis do desenhista**. Reunidos, como se acham, os elementos e dados precisos para levar á pratica semelhante projecto, não recuarão os editores desta obra diante de quaesquer obstaculos. **A obra constará de 24 quadros** (para assumpto dos quaes serão escolhidos os principaes feitos do exercito e marinha brasileira) **divididos em duas series de 12 quadros cada uma**. O desenho, que desde já **podemos garantir ser feito com a maior verdade historica, e correccão artistica, acha-se a cargo do Sr. Angelo Agostini; e uma narração historica, devida á penna de um dos homens mais habilitados a tratar tal assumpto, acompanhará cada quadro**. Os editores podem, portanto, de antemão assegurar que o trabalho litterario e artistico será digno do assumpto: e esta convicção lhe dá afouteza para solicitar a coadjuvação publica, e o au (ilegível) dos espiritos patrioticos para empresa tão brasileira. **Publicar-se-ha um fascicolo mensalmente que será distribuido pelos Srs. assignantes, sem que um só exemplar seja exposto á venda avulsa. A assignatura da primeira série (12 quadros com texto respectivo, tudo impresso sob magnifico papel de folio maximo) custará 50\$ – (sendo 20\$ pagos logo que entre para prélo o primeiro fascicolo, e 30\$ após a entrega do sexto)** (grifos nossos). O glorioso combate naval de RIACHUELO inaugurará os QUADROS HISTÓRICOS DA GUERRA DO PARAGUAY. – Os editores A. de Almeida & C. Assigna-se na rua do Ouvidor n. 52, sobrado (endereço d’A *Vida Fluminense*, grifo nosso)⁸.

⁷ *Jornal da Tarde (RJ)*, n. 24, 28/01/1871, p. 2. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁸ *Ibidem.*, n° 33, 08/02/1871, p. 4.

É possível analisar os valores gastos para a produção da coleção, a formulação da encadernação, as entregas e as forma de pagamento. A compra inicialmente era feita exclusivamente por assinatura, algo que não foi levado adiante, talvez pelo fato de alguns fascículos terem demandas maiores que os outros. Além disso, algo que enfatiza essa mudança na forma de pagamento são as necessidades dos editores e artistas envolvidos, que precisavam dos valores para dar prosseguimento aos trabalhos, abrindo mão das assinaturas. Essa ideia pode ter sido inicialmente aplicada para que a coleção não sofresse com problemas financeiros e, conseqüentemente atrasos, algo que provavelmente ocorreram entre um fascículo e outro.

Outro ponto abordado e que não foi concretizado é a elaboração de 24 quadros, divididos em 12 séries cada, abordando as cenas da Marinha e Exército brasileiro. Como foi possível perceber no Quadro 1, o projeto final constou de apenas 9 gravuras, em formato folio máximo⁹. Isso pode ser atrelado a queda da opinião pública sobre o conflito ou até mesmo por questões financeiras ou a mobilização dos artistas e intelectuais envolvidos. Sabe-se que Angelo Agostini, por exemplo, foi um grande crítico da guerra, sendo inclusive ligado ao movimento abolicionista e republicano da época¹⁰, algo que tende a ir totalmente contra os anseios da coleção, que não buscava criticar o meio vigente, e sim fixá-lo.

Contudo, a partir da perspectiva da ordem vigente, era importante realizar uma coleção que exaltasse os feitos no teatro de guerra, com o objetivo de conservar a gloriosa memória brasileira nos campos de batalha contra o ditador Solano López, representado muitas vezes como uma figura demoníaca pelos periódicos. A valorização dessa empreitada fica explícita na escolha dos editores em selecionar os melhores e mais famosos artistas e escritores que residiam no Brasil para narrar os momentos cruciais da guerra.

Todos os anúncios posteriores e catálogos remetentes à coleção, acabaram por abordar apenas as nove imagens citadas no Quadro 1, que mesclam as duas armas, sem necessariamente seguir uma ordem cronológica dos eventos. Sobre a mudança no número de fascículos, essa era uma questão muito comum da imprensa, que tinha total liberdade de alterar seus planos, devendo se reportar apenas aos seus subscritores. Há alguns fatores que podem ter influenciado nessa decisão: o baixo índice de assinaturas no período inicial, que acabou fazendo os editores optarem pela redução e mudança no sistema de cobrança, possíveis divergências entre os editores, dificuldades para se executar os desenhos ou até mesmo o fim ou modificação na direção da empresa responsável.

9 Em uma explicação simples, folio máximo era o tamanho com o qual o papel era fabricado. Esse formato poderia ser dobrado várias vezes, rendendo publicações de menor tamanho. No caso da coleção, a folha era usada sem nenhuma dobra, tendo o tamanho semelhante ao de alguns jornais atuais.

10 Sobre a trajetória de Angelo Agostini e a sua participação no movimento abolicionista e republicano, ver mais em: Dantas (2010).

A princípio, os desenhos ficaram a cargo de Angelo Agostini, que foi incorporado ao periódico *A Vida Fluminense* por um breve período. Mas com o decorrer das descrições dos fascículos encontrados e das gravuras avulsas, surgem os nomes de outros impressores e desenhistas. Um exemplo é o caso dos três exemplares encontrados, referentes à *Rendição de Uruguaiana*: um como sendo de autoria da *Vida Fluminense*, desenhada por Agostini e impresso por Alf. Martinet; outro com proporções aproximadas da primeira, porém com traços menos caprichados, invertida e impressa por Souza Lobo, sem desenhista citado e feita de forma espelhada ao se comparar a anterior; e a última em tamanho menor e traços simplórios de Campbell & Co. Lith.. Dos três exemplares, nota-se a grande diferença na qualidade do primeiro desenho, evidenciando-se os traços feitos por Agostini ao se comparar com as demais gravuras.

Outras litografias semelhantes às citadas também se encontram em nome de outros litógrafos e desenhistas. Percebe-se, por exemplo, na encadernação encontrada no Museu Histórico Nacional a ausência da litografia referente ao episódio do *Combate naval do Riachuelo* (destoando do que anunciara o número 24 do *Jornal da Tarde*) e algumas diferenças na formatação como, por exemplo, fontes de texto do cabeçalho, que não seguiam um padrão, consistindo em mais um aspecto que leva a crer na possibilidade de uma possível reedição. Mas infelizmente as fontes processadas não definem com tanta clareza essa questão, deixando no ar a hipótese.

3. A circulação da coleção: a propagação de uma imagem dita “civilizada”

Em 27 de fevereiro de 1872 no Diário de Notícias, um periódico do Rio de Janeiro, noticiou:

Estão em andamento os desenhos dos Quadros históricos da Guerra do Paraguai, edição da empresa da *Vida Fluminense*, e cujo primeiro número O Combate do Riachuelo, primoroso trabalho de Angelo Agostini, produziu tamanha sensação, no seu aparecimento. O texto que acompanha os quadros é devido às mais destras penas e aos espíritos mais esclarecidos da nossa literatura. Os quadros históricos, vão aparecer em breve na seguinte ordem: 2º Rendição de Uruguaiana, desenho de Pedro Américo. 3º Ataque e defesa da Ilha do Carvalho, original do mesmo artista. 4º Passagem do Curuzú, original de E. de Martino, copiado do natural. O texto pertencente ao Ataque e defesa da Ilha do Carvalho, é fruto da elegante e inspirada do Sr. Conselheiro José Bonifácio de Andrade e Silva. Congratulamo-nos com os editores pelo brilhante êxito que vão conquistando a sua engenhosa ideia.

A divulgação da coleção e suas litografias e textos iam além da questão estética ou informativa. Era um projeto que propôs uma maior interação da classe senhorial, com participação coletiva dos letrados, utilizando-se de figuras de prestígio entre eles que se alinhassem ao seu projeto político, como a figura de José Bonifácio de Andrade e Silva, lembrada nesse trecho como um líder a ser seguido intelectualmente. Todavia, em todos os outros anúncios Bonifácio não é citado, sendo o texto colocado a cargo de Pinheiro Guimarães. Além disso, embora a formação citada também seja conhecida com ilha do Carvalho, na versão final da coleção foi possível ver que foram utilizados

outros nomes como ilha da Redenção ou ilha do Cabrita. Esse aspecto reforça a ideia de inconstância das publicações no Brasil, mas de qualquer forma, enfatiza o empenho dos editores de colocarem grandes nomes na elaboração vertical dessa memória.

É inevitável que esse tipo de apelação fosse um meio de captar maiores interessados no projeto, novos consumidores e propagandear o êxito brasileiro para províncias distantes e até mesmo para outros países. O material levou, por meio das legações diplomáticas, a imagem do Brasil como um império consolidado e vitorioso. Não obstante, ocorreu em um período onde havia a implementação de uma industrialização em curso no Brasil, com a melhoria nas condições de transporte da época. Para se ter uma dimensão, os jornais afirmavam que era possível fazer a travessia do oceano Atlântico, a bordo dos navios a vapor, em menos de um mês, fazendo circular de forma cada vez mais hábil diversas informações, matérias-primas e periódicos entre o Velho e o Novo Mundo.

Por meio das pinturas históricas, financiadas pelo Estado, observava-se um projeto promissor de criar as histórias das guerras nacionais e de se forjar uma identidade nacional. E aqui vale ressaltar a propaganda civilizadora feita por nomes como Pedro Américo e Victor Meirelles. Ambos nomes eram conhecidos internacionalmente, sobretudo por elaborarem seus óleos em ateliês na Europa. Com isso, pinturas como o *Combate naval do Riachuelo* e a *Batalha do Avaity*, ambas expostas e feitas em território estrangeiro, foram apreciadas por diversas figuras importantes do cenário europeu, enfatizando-se príncipes, nobres e outros artistas, algo que levava a imagem de uma civilidade brasileira por meio das artes como nunca antes havia sido visto. As gravuras também entravam nessa questão civilizatória, elevando exponencialmente esse poder de alcance das pinturas e, conseqüentemente das narrativas que se encontravam por trás delas. Expandiam-se então essas imagens inúmeras traduções de grandes obras e desenhos, em um tamanho muito mais acessível do que as telas monumentais, sendo reduzidas ao tamanho de uma folha de jornal. Facilitava-se assim a chegada do material – e as ideias intrínsecas neles – a locais distantes.

Um registro presente nos *Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática*, relata, em uma circular assinada no ano de 1872, a seguinte informação:

Circular¹¹ de 13/11/1872. Índice: “Oferece um exemplar do fascículo sobre a guerra do Paraguai”. Para as legações de Bolívia, da Santa Sé, de França, da República Argentina, da Rússia e da Áustria. Em 13 de novembro de 1872.

O ministro dos Negócios Estrangeiros faz seus atenciosos cumprimentos ao sr. ... e oferece-lhe o 1º e 2º fascículo[s] da obra intitulada **Quadros históricos da Guerra do Paraguai** (grifo nosso)¹². Manoel Francisco Correia¹³.

11 Segundo uma nota do editor, na mesma data foi enviada circular remetendo o segundo fascículo às legações da Prússia, América, Grã-Bretanha, Portugal, Espanha e Itália.

12 Em outra nota, percebem-se algumas diferenças na constituição da coleção, não contando nominalmente com a *Batalha naval do Riachuelo* como primeira obra. Os nomes que sucedem as obras aqui retratadas são das pessoas que redigiram os textos encontrados nos fascículos, sendo que grande parte se encontra sem identificação na impressão. I. Introdução, sem indicação de autor; II. *A rendição de Uruguaiana*, sem indicação de autor; III. *O ataque da ilha da Cabrita ou da Redenção*, pelo dr. Pinheiro Guimarães; IV. *A passagem de Curuzu*, sem indicação de autor; V. *A passagem de Humaitá*,

A partir desse trecho, descobre-se que os fascículos da coleção também circularam de forma oficial pelo meio diplomático, sendo entregues a legações de diversos países. A isso, pode-se observar uma possibilidade de propaganda da modernização e do conseqüente avanço nacional a partir dos êxitos da guerra, tal como também foi feito por Napoleão em suas guerras. Essa difusão era parte integrante de um processo de engrandecimento da imagem da nação¹⁴ enquanto “civilizada” em âmbito internacional, tanto na divulgação das vitórias bélicas, quanto na produção artística de um país que era visto pelos estrangeiros como “em construção”, o que não deixa de ser verdade. E nesse esforço por meio das artes, questão civilizatória que havia sido importada por D. João VI, por meio da Missão Artística Francesa, que aportou no Rio de Janeiro a 26 de março de 1816, os discursos literalmente tomam forma e se espalham gradativamente pela cultura visual ocidental.

Em âmbito nacional, diversos fascículos foram adquiridos por ministérios do Império e enviados para outras províncias, através de ofícios de requerimento ou como prêmios. O papel político e pedagógico dessa crescente circulação de imagens era exercido na consolidação de uma ideia de monarquia vitoriosa, em busca de criar um discurso único capaz estabelecer uma identidade nacional sólida com a utilização dos episódios que exaltavam as glórias brasileiras em batalhas. Algumas destas compras foram divulgadas nos *Balanços da Receita e Despesa do Império*, cobrindo os gastos entre os anos de 1872 a 1881. A tabela abaixo traz detalhadamente essas informações:

Tabela 1 – Compras feitas pelos ministérios

Ministério	Localidade	Descrição da compra	Anos	Valor
Ministerio da Agricultura, commercio e obras publicas ¹⁵	Municipio da côrte	Compra da colleção de quadros historicos da guerra contra o Paraguay	1872-1873	500\$000

por O. P.; VI. *A tomada de Curuzu*, sem indicação de autor; VII. *O reconhecimento do Humaitá*, por F. Ferreira; VIII. *A passagem do Passo da Pátria*, sem indicação de autor; IX. *A tomada do forte Establecimiento*, sem indicação de autor.

13 *Cadernos do CHDD* / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ano 3, n.5. Brasília, DF: A Fundação, 2004, p. 32.

14 Sobre a ideia de nação, ver mais em: Carvalho (2007)

15 **Balanco da Receita e Despesa do Império**, no Exercício de 1872-1873. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

Ministerio do Imperio ¹⁶	Municipio da côrte	Dita de quadros historicos da guerra do Paraguay	1873-1874	500\$000
Ministerio da Agricultura, commercio e obras publicas ¹⁷	Municipio da côrte	Fasciculo dos quadros historicos da guerra contra o Paraguay	1874-1875	500\$000
Ministerio da Guerra ¹⁸	Municipio da côrte	Dita de fasciculos da obra Quadros historicos da guerra com o Paraguay	1875-1876	2:500\$000
Ministerio da Guerra ¹⁹	Municipio da côrte	Compra de exemplares dos Quadros historicos da Guerra do Paraguay	1876-1877	8:700\$000
Ministerio da Marinha - Secretaria de Estado ²⁰	Municipio da côrte	Assignatura de exemplares dos Quadros historicos da guerra do Paraguay	1876-1877	1:500\$000
Ministerio da Marinha - Secretaria de Estado ²¹	Municipio da côrte	Assignatura de exemplares dos Quadros historicos da guerra do Paraguay	1877-1878	1:000\$000

16 Ibidem, 1876.

17 Ibidem, 1877.

18 Ibidem, 1878.

19 Ibidem, 1879.

20 Ibidem, 1879.

21 Ibidem, 1880.

Ministerio do Imperio - Instrução primaria e secundaria ²²	Municipio da côrte	(Compra) de quadros historicos da guerra do Paraguay, para prêmios	1880-1881	300\$000
---	--------------------	--	-----------	----------

Fonte: CUNHA, Álvaro Saluan (2019)

Estes dados são elucidativos e representam o esforço dos ministérios para a divulgação e circulação da coleção. Mesmo sendo editada em âmbito privado, vale considerar que, assim como o financiamento da pintura histórica era diretamente ligado ao Império e as forças armadas, pode-se perceber aqui, de forma considerável, o empenho de alguns ministérios em adquirir o material. Seja para enviá-los para outras províncias requisitantes, por conta própria ou como forma de premiação em alguns concursos de instrução primária e secundária, o Estado foi fundamental na circulação dessa coleção.

Porém, é necessário ressaltar que isso não significa que os periódicos e coleções fossem diretamente controlados pela Coroa, mesmo que os interesses convirjam. Provavelmente a elaboração desse material tenha sido feita por meio desses interesses. Como foi possível ver anteriormente, o Imperador conhecia os editores, algo que pode ter ligação com o projeto final. Isso fica ainda mais explícito ao se observar o montante total gasto por meio das aquisições oficiais.

O que se busca enfatizar aqui é que não havia uma manipulação total do Estado, mas talvez um jogo político e mercadológico que atendesse os anseios do Império e do setor privado. No Paraguai, isso ocorreu de forma distinta, onde a imprensa passava por controle mais rígido e era diretamente financiada pelo Estado, que comandava e custeava boa parte da produção. De acordo com Toral (2001, 216), o Estado paraguaio manipulava a opinião pública e também auxiliava no aumento do moral das tropas paraguaias que recebiam e ouviam as notícias no *front*, algo que denota também interesses convergentes, mas aplicados de forma muito mais severa.

De toda forma, houve a circulação dessa coleção circulação no Brasil. Em 1873, por meio da sessão “Parte Oficial – Expediente do Governo do dia 18 de agosto”, veiculada apenas no dia 22 do mesmo mês abaixo do subtítulo “Officios”, o *Jornal do Pará* informava o requerimento feito e endereçado ao bibliotecário público com os dizeres:

- Ao bibliothecario publico. – Remetto-lhe o 1.º fasciculo dos quadros historicos da guerra do Paraguay, que faltava para completar a obra existente n'essa biblioteca, e acaba de ser-me enviado pelo ministerio da guerra á quem solicitei por officio de 25 de junho último²³.

²² Ibidem, 1883.

²³ *Jornal do Pará*: Órgão Oficial, n. 189, 22/08/1873, p. 1. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Já no ano de 1874, novamente o jornal veiculara, no dia 13 de agosto, na mesma sessão, o “Expediente do Governo do dia 8 de agosto”, desta vez recebendo mais fascículos:

- Ao director do lyceo paraense e da escola normal (...) – Remeto á vmc., para a bibliotheca publica um exemplar do 1.º, 2.º, 3.º e 4.º fasciculo dos quadros historicos da guerra do Paraguay, que com esse destino acabam-se de ser-me enviados pela secretaria d’estado dos negocios do imperio²⁴.

Em 1877 o mesmo periódico²⁵ traz a seguinte mensagem na seção “Parte official – Ministerio do Imperio”, com subtítulo “Quadros historicos da guerra do Paraguay” informações acusando envio e recebimento entre órgãos da presidência do Pará e o Quartel do Comando do 4º Batalhão de Artilharia em Belém do Pará:

3.ª secção. – Palacio da presidencia do Pará. – Belem 25 de julho de 1877. – Illm. sr. – Como demonstração da estima e apreço, em que tenho a v. s. e a briosa officialidade, sob seu commando, tenho a satisfação de oferecer a v. s., para serem collocados na secretaria desse quartel, nove quadros historicos da guerra do Paraguay, que, annuindo á minha solicitação, me foram enviados por um distinto amigo (...).

Mais abaixo, na mesma página e seção, direciona-se a resposta do destinatário, feita três dias após o recebimento:

Quartel do 4º. batalhão de artilharia á pé em Belem do Pará, 28 de julho de 1877. – Illm. e exm. sr. – Accuso recebido o officio por meio do qual dignou-se v. exe. enviar **nove quadros historicos da guerra do Paraguay para serem collocados na secretaria deste quartel** (grifo nosso) (...).

O *Jornal do Pará* destaca a questão dos envios, das solicitações via ofício e do remanejamento dos exemplares recebidos pelo Órgão Oficial, repassou ao Liceu Paraense e a Escola Normal cerca de dois anos, após o início da divulgação em 1871. O último caso envolvendo Capistrano Bandeira de Mello Filho, presidente da província, e o tenente-coronel Luiz Henrique de Oliveira Ewbank, ilustra que a coleção provavelmente tenha sido divulgada por divisões da Marinha e Exército ao redor do país.

O periódico carioca *A Nação* acusava em sua coluna “Folhetim da Nação”, no subtítulo “Publicações”, o recebimento do terceiro fascículo, elogiando os editores e artistas envolvidos pela qualidade do material, sendo mais uma forma de publicizar a coleção, algo muito comum na imprensa do século XIX, cujos periódicos e produções em geral eram citadas tanto em críticas quanto neste elogioso caso:

Publicações. – Recebemos o 3º numero dos Quadros historicos da guerra do Paraguay. O ataque da ilha da Cabrita ou da Redempção é o feito commemorado neste numero, já em fiel e explicita narrativa já em uma primorosissima gravura.

24 Ibidem., n. 181, 12/08/1874, p. 1.

25 Ibidem., n. 172, 31/09/1877, p. 2.

Cumprimentamos os autores desta interessante publicação pelo excelente desempenho do seu programma, sendo de esperar do publico o mais benevolo acolhimento ao seu mimoso trabalho, digno de todo o interesse e aceitação²⁶.

Em 1872, ao veicular os “Actos officiaes”, o Diário *do Rio de Janeiro* trouxe um pedido feito pelos editores e provavelmente pelos livreiros Andrade Filho & Almeida ao Ministério da Agricultura, requisitando o pagamento de 500\$ por cem exemplares do segundo fascículo dos *Quadros Históricos*, sendo este indeferido²⁷. Teria este caso sido um calote imperial? Fica a questão, vez que não foram encontrados futuros pagamentos endereçados aos editores. Porém, só pelo fato de haver a cobrança do débito ao Estado, supõe-se de que algo está errado.

O Ministério do Império também fez semelhante pedido ao Ministério da Fazenda, requerendo o pagamento de 500\$ por cem exemplares fornecidos pelos editores para o Arquivo da Secretaria do Estado, em abril de 1877, sendo a notícia veiculada na primeira página da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro²⁸. Confirma-se a partir dessas duas requisições que cada fascículo custava em torno de 5\$, um valor relativamente alto, algo que limita ainda mais a circulação do material, limitando-o apenas a uma pequena parcela da população.

4. Barão do Rio Branco: diplomata, correspondente de guerra e “jornalista”

Uma série de gravuras foi atribuída a “esboços de M. Paranhos”, tal nome conhecido da área diplomática, era José Maria da Silva Paranhos Júnior, que se tornaria posteriormente o Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia nacional. Também conhecido como Juca Paranhos, o negociador esteve ligado à imprensa desde 1863, aparecendo na publicação *Popular*, onde dissertava sobre Luís Barroso Pereira, comandante da fragata Imperatriz. Já no período do conflito, especificamente a partir de 1866, desenhou, escreveu e defendeu o Império diante de inúmeras questões sobre a guerra no jornal francês *L'Illustration* e contribuiu para a *Semana Illustrada*, trabalhando juntamente de outros informantes e correspondentes de guerra para a imprensa nacional e internacional. Paranhos Júnior se consagrou por suas ações em torno do conflito, no campo da diplomacia, estando diretamente envolvido nas tensões entre os membros da Tríplice Aliança e com o Paraguai.

Na guerra da Tríplice Aliança, houve um esforço do Imperador e de seus seguidores em investir contra os inimigos até encontrar Solano López, o que culminou na saída do comando-em-chefe de Duque de Caxias, que via o prosseguimento do conflito como um banho de sangue. O Paraguai foi devastado, perdendo mais da metade de sua população. Tal acontecimento reverbera até a

26 *A Nação*: folha politica, commercial e litteraria, n. 116, 17/06/1873, p. 2. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

27 *Diario do Rio de Janeiro*, n. 313, 17/11/1872, p. 3. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

28 *Gazeta de Notícias (RJ)*, n. 101, 14/04/1877, p. 1. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

contemporaneidade, mostrando como os fatos do século XIX conseguiram deixar marcas na geopolítica sul-americana. É possível regredir ainda mais e observar em como o Império se apropriou de territórios uruguaios e argentinos, mas o artigo se furtará à guerra da Tríplice Aliança.

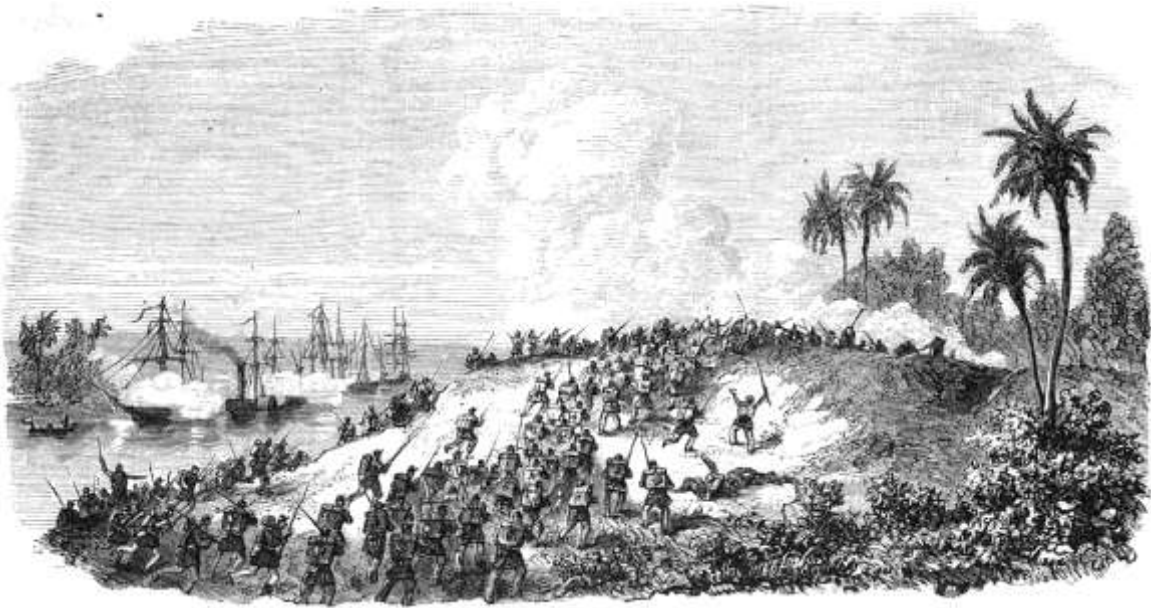
Em fevereiro de 1869, Paranhos Júnior, seguiu em missão a Buenos Aires e Assunção, com o objetivo de discutir sobre a formação de um governo provisório no Paraguai, algo que se consolidaria apenas em 11 de junho do mesmo ano. Todavia, a perseguição implacável por López seguia desvairadamente. Apenas no dia primeiro de março, na Batalha de Cerro Corá, o ditador paraguaio foi encurralado e morto pelo soldado José Francisco Lacerda, conhecido como Chico Diabo, na região do extremo norte do Paraguai, encerrando-se assim o conflito.

Porém, retornemos a faceta menos conhecida de Paranhos Júnior, o criador de esboços e correspondente de guerra. O periódico francês *L'Illustration*, baseou-se em desenho feito por ele, reproduzido e aprimorado por personagens como Janet-Lange e Cosson-Smeeton, que aprofundavam ainda mais as gravuras ao se utilizar dos relatos do correspondente.

Essa ilustração era referente aos eventos na região do Curuzú, ocorridos entre os dias 1º e 3 de setembro de 1866, logo após o sucesso na Batalha de Tuiuti, em 24 de maio do mesmo ano, de onde foi aproveitado o contingente de mais de 10 mil homens trazidos pelo visconde de Porto Alegre²⁹. Paranhos Júnior decidiu narrar momentos antes da entrada da infantaria na bateria, algo que é reforçado pelas informações trazidas na fonte, que diz: “Prise de la batterie de Curuzú (3 septembre) par le 2º corps d'armée brésilien, sous les ordres du lieutenant-général vicomte de Porto-Alegre”. Ou seja, o evento foi retratado com base no dia 3 de setembro, último dia da investida, carregando o segundo corpo armado sob ordens do Visconde de Porto-Alegre. Na imagem, enfatizou-se o ataque por mar e terra, demonstrando o trabalho em conjunto das armas brasileiras e o seu poderio diante daquele avanço.

29 Ver mais em: Donato (1996).

Figura 1: Gravura “GUERRE du Paraguay: Prise de la batterie de Curuzù (3 septembre) par le 2º corps d'armée brésilien, sous les ordres du lieutenant-général vicomte de Porto-Alegre“, M. Paranhos.



Fonte: L'illustration, Journal Universel.³⁰

O desenho sobre Tomada do Estabelecimento, outra gravura que cita o diplomata, foi retratado o momento em que o Exército avançou a pé em território estrangeiro. Na gravura, Janet-Langet e Cosson-Smeeton ilustraram as proporções ao momento da tomada da fortificação. Segundo Bormann (1897: 113), “centenas dos nossos bravos que neste momento (...) atiram-se ao recinto, enovelam-se, matam à baioneta, à sabre e à coice d’arma os artilheiros e infantes inimigos (...)”. O relato condiz diretamente com as cenas narradas, onde no primeiro plano identifica-se o rastro de destruição acarretado pelo conflito, com corpos de soldados e de um cavalo e alguns destroços. O trajeto feito pelas tropas à fortificação, em posição desfavorável, embora vitoriosos, foi destacado. O desenho do diplomata representou o preço do êxito da batalha, aproximando o espectador do campo de batalha.

³⁰ L'illustration: journal universel, Vol. XLVIII, nº 1.238, 17/11/1866.

Figura 2: Gravura “ÉVÉNEMENTS DU PARAGUAY. - Prise d'assaut de la forteresse d'Estabecimiento, le 19 février, 1867”, M. Paranhos.



Fonte: L'illustration, Journal Universel ³¹

Os esboços do diplomata contam com características bastante distintas das observadas nas pinturas históricas. As reproduções feitas por periódicos ilustravam as notícias, imergindo o espectador no calor da batalha, mas nem por isso deveriam ser consideradas obras mais próximas de uma realidade. Ao contrário da pintura histórica, o momento é tratado de uma forma generalizante, sem dar ênfase em personagens específicos, embora eles aparecessem nas notícias.

5. Conclusão

A circulação significativa de periódicos e gravuras pelas províncias já era muito presente no século XIX no Brasil, chegando até mesmo em outras nações e criava uma rede de interação entre os letrados. Ao que tudo leva a crer, essa civilidade vendida pelo Império ao exterior tinha objetivos precisos, o alinhamento do país com as tendências internacionais. As guerras sempre foram momentos de afirmação dos países, de reorganização geopolítica dos continentes e, mais do que isso, veículo de propaganda de nações superiores às outras, algo que era muito debatido no século XIX na dicotomia “civilização *versus* barbárie”, uma herança que ainda insiste em bater à porta dos países subdesenvolvidos e que passaram pela destruição das colonizações.

³¹ Ibidem, Volume 51, Paris, 1868

Os impressos possibilitavam o alinhamento político-cultural da classe dominante, com a abertura para o debate sobre diversas temáticas e a formação de narrativas em prol da sensibilização da opinião pública. Esse espaço social de grande relevância, mesmo que ainda, em um primeiro momento, restrito a um público letrado se comunicava com uma grande parcela da população brasileira e era responsável por forjar o sentimento nacional.

A partir das análises realizadas sobre os seus planos de elaboração nos seus anúncios e no material final, o desejo de se criar um forte simbolismo em suas páginas, chegando ao outro lado do oceano, buscando explicitar a caminhada civilizatória do Império brasileiro, um território além-mar que se espelhava nos ideais europeus para se introduzir no concerto das grandes nações mundiais.

As imagens produzidas no segundo Reinado no Brasil e até mesmo internacionalmente, por meio de informações e desenhos enviados como no caso de Paranhos Júnior, devem ser consideradas como elementos de construção de um discurso de nação, em que o contexto de guerra se via como um momento ideal para forjar uma identidade nacional de um povo vitorioso para o exterior e para a sua própria população. Como afirma Schlichta (2006), assim como a fotografia, os métodos de criação de gravuras, encontram-se plenamente relacionados ao processo de construção do Império:

Longe de esgotar todas as possibilidades de estudos sobre essa temática, o artigo teve como proposta contribuir para o surgimento de novas pesquisas que envolvam a relação da diplomacia com as imagens. Trazendo a luz fontes ainda não exploradas pela historiografia, como a coleção de *Quadros históricos da guerra do Paraguay*, esse trabalho de pesquisa, mesmo que de forma inicial procurou refletir também sobre a sua circulação dessa coleção, algo que continuará a ser explorado em outros artigos de forma mais profunda.

Referências bibliográficas

- AUGUSTO, J. C. A Vida Fluminense, “folha joco-séria-illustrada” (1868-1875). Curitiba: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009, p. 2. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1235-1.pdf>. Acessado dia 04/03/2018.
- BORMANN, J. B. *História da Guerra do Paraguay*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1897, v. 2, p. 113.
- CARVALHO, J. M. *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CUNHA, A. S. *As litografias da coleção “Quadros históricos da guerra do Paraguay” na década de 1870: projeto editorial e imagens*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2019.
- DANTAS, C. V. Verbete sobre Angelo Agostini *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República (1889-1930)*, coordenado por Alzira Alves de Abreu (CPDOC, FGV). Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- DONATO, H. *Dicionário das batalhas brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1996.
- DORATIOTO, F. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura* (UFU), v. 8, p. 97-119, 2006.
- SCHLICHTA, C. A. B. D. *A pintura histórica e a elaboração de uma certidão visual para a nação, no século XIX*. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História: Curitiba, 2006.
- TORAL, A. A. *Imagens em desordem: a iconografia da guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo: Humanitas FFLCH USP, 2001.



**Gabriele Marina
Molina Hernandez**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF/Brasil). Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense e analista de Antártica no Boletim Geocorrente da Escola de Guerra Naval.
E-mail: gabriele.hm@gmail.com

**Thayná Fernandes
Alves Ribeiro**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF/Brasil). Graduada em Defesa e Gestão Estratégica na Universidade Federal do Rio de Janeiro e analista de Sudeste Asiático e Oceania no Boletim Geocorrente da Escola de Guerra Naval.
E-mail: thaynafar@id.uff.br

A ESTRATÉGIA NEOZELANDESA PARA A ANTÁRTICA: ALIANDO ASPECTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS PARA GARANTIR OS INTERESSES LIGADOS À DEFESA

Resumo: O presente artigo objetiva analisar a importância estratégica do continente Antártico à Nova Zelândia e as medidas adotadas pelo país na área de Ciência e Tecnologia para garantir maior conhecimento e jurisdição sobre a Antártica. No momento no qual o planeta passa por diversas mudanças climáticas e crises ambientais, torna-se cada vez mais importante os estudos a respeito dos impactos do aquecimento global e o papel da Antártica na estabilização do clima; tais estudos são ainda mais relevantes às nações da Oceania que, com o aumento do nível do mar, correm risco de desaparecer. Utilizando metodologia qualitativa baseada em revisão bibliográfica, este trabalho analisa os dados disponibilizados principalmente pelo Governo da Nova Zelândia. Apresenta brevemente o histórico das atividades humanas na Antártica, a presença neozelandesa, e a evolução dos estudos e investimentos em Ciência e Tecnologia deste país para melhor conhecimento do sexto continente, questão que também afeta seus assuntos de Defesa. Ao final, conclui-se que, em caso de possíveis conflitos envolvendo esta região, aqueles que detiverem recursos e maior conhecimento sobre a região possuirão vantagens estratégicas.

Palavras-chave: Ciência e tecnologia; Nova Zelândia; Defesa.

Abstract: This paper aims to analyze the strategic importance of the Antarctic continent to New Zealand and the measures adopted by the country in the area of Science and Technology to ensure greater knowledge and jurisdiction over Antarctica. At a time when the planet undergoes various climate changes and environmental crises, studies on the impacts of global warming and the role of Antarctica in climate stabilization become increasingly important; such studies are even more relevant to the nations of Oceania which, with rising sea levels, are in danger of disappearing. Based on the qualitative methodology used in the literature review, this work analyzes the data made available mainly by the New Zealand government. This paper briefly presents the history of human activities in Antarctica, the New Zealand presence and the evolution of studies and investments in Science and Technology of this country to better understand the sixth continent, a subject which also affects its Defense concerns. At the end, it is concluded that in case of possible conflicts involving this region, those who have resources and greater knowledge will have strategic advantages.

Keywords: Science and technology; New Zealand; Defense.



1. Introdução

Um dos países com maior participação na Antártica, a Nova Zelândia ainda possui pouca bibliografia brasileira que compreenda satisfatoriamente a perspectiva neozelandesa em sua projeção territorial no polo sul. O país é um dos doze membros iniciais a assinarem o Tratado da Antártica, acordo que regulamenta e administra todas as atividades daqueles Estados que queiram estar presentes na Antártica, além de reivindicar, desde 1923, a região denominada Dependência de Ross naquele continente¹. O Brasil, também signatário e membro-consultivo² do Tratado da Antártica, destina considerável parcela de recursos para se manter na Antártica, tendo reconstruído sua Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) em 2020³, entretanto carece de literatura voltada para este país da Oceania que reclama uma porção do continente austral para si. Ao se pensar em políticas brasileiras voltadas para a Antártica, é necessário, antes, conhecer as políticas de outros Estados para o polo sul, a fim de compreender como o Brasil pode se inserir da melhor forma na Antártica. O presente artigo busca apresentar brevemente os principais pontos da presença neozelandesa no continente, tendo como variáveis os investimentos em ciência e tecnologia e sua aplicabilidade no setor de Defesa.

Cabe, anteriormente à análise, uma breve conceituação e diferenciação entre os termos “Ciência” e “Tecnologia” que muitas vezes são tratados como sinônimos. Para não tornar tal discussão cansativa, tendo-se em vista que existe vasta produção acadêmica a respeito dessa temática, este trabalho considera os conceitos e definições de Ciência e Tecnologia aqueles trazidos por Veraszto et. al (2009, p. 36) que afirmam:

O conhecimento tecnológico não é algo que pode ser facilmente compilado e categorizado da mesma forma como o conhecimento científico. A tecnologia poderia ser apresentada como uma disciplina, mas sabemos que é mais bem qualificada como uma forma de conhecimento, e por isso adquire formas e elementos específicos da atividade humana. Dessa forma podemos dizer que o caráter da tecnologia pode ser definido pelo seu uso.

Nesse sentido, os autores salientam que a Ciência tem seu foco na produção de teorias, por meio de observação de fenômenos que serão analisados de acordo com hipóteses, serão algumas vezes testados/experimentados e, no fim, poderão gerar explicações generalistas. As tecnologias, apesar de surgirem de conhecimentos científicos, são na realidade a transformação da teoria em prática, ao mesmo tempo em que não são apenas os resultados de testes e aplicações, mas sim a concepção e criação destes produtos ou objetos (Idem, p. 19). Para Veraszto et. al., portanto, os conceitos e seus

¹ New Zealand Ministry of Foreign Affairs & Trade. *Antarctica and the Southern Ocean*. Informações disponíveis em <<https://www.mfat.govt.nz/en/environment/antarctica/>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2020.

² Os países signatários do Tratado se tornam membros-consultivos, ou seja, possuem o poder de veto e voto, caso disponham de uma estação de pesquisa científica que realize atividades voltadas para fins pacíficos e compartilhe suas descobertas com a comunidade científica internacional que também atua no continente. O status de membro-consultivo é adquirido perante aceite dos demais membros – Estados administradores de programas antárticos – que deliberam sobre as atividades desenvolvidas na região nas reuniões anuais do Tratado da Antártica (ATCM em inglês).

³ A EACF foi destruída em um incêndio em 2012, e imediatamente passou por um processo de reconstrução, sendo finalmente inaugurada em 15 de janeiro de 2012. O custo aproximado somente da reconstrução da nova estação foi de US\$99,6 milhões (ANDRADE *et al*, 2018, p.48).

desenvolvimentos em aplicações práticas, demandam grandes esforços socioculturais, pois a concepção de tais tecnologias está intrinsecamente relacionada à cultura das sociedades e não pode existir fora dos grupos humanos. Nesse sentido, ciência, tecnologia e desenvolvimento são conceitos e práticas relacionados e que se retroalimentam; nas palavras dos autores:

A tecnologia, uma vez colocada à disposição da sociedade ou do mercado, passa a ter seu valor determinado pela forma como vai ser adquirida e usada, e quem define esse valor (de bem ou de consumo) é a própria sociedade em desenvolvimento. (COLOMBO & BAZZO, 2002). Sendo o desenvolvimento um elemento dentro de uma cultura, a tecnologia se torna produto da sociedade que a cria. Daí o fato de que, ao ser importada, ela pode levar a uma dominação cultural, pois traz consigo valores de avaliação e eficiência criados em outra sociedade. Na medida em que muda padrões, a tecnologia também cria novas rotas de desenvolvimento. Portanto, trabalhar com tecnologia é trabalhar com algo dinâmico. O que hoje é ponta, amanhã é obsoleto, exigindo novos procedimentos, conceitos e atitudes para inovar. A tecnologia faz parte do acervo cultural de um povo, por isso existe na forma de conhecimento acumulado, e por essa mesma razão está em contínua produção (Idem, p. 38).

Quando se fala em continente antártico, ciência e tecnologia andam juntas, uma vez que a presença dos países na região é atrelada à manutenção de bases científicas em pleno funcionamento, ligadas às universidades e centros de pesquisa dos países, à comunidade científica internacional e outros setores do governo, que estejam de acordo com as cláusulas do Tratado da Antártica. O continente é um dos melhores exemplos do emprego de tais faculdades à área de Defesa⁴ de um país, sendo impossível dissociar desenvolvimento científico e tecnológico da estratégia e de seu potencial efetivo.

Vale ressaltar que a escassez de fontes relacionadas ao tema não é um problema exclusivo do Brasil, mas também de outros países que disponibilizam dados relacionados à Antártica cuidadosamente selecionados, devido à sensibilidade das informações e do tipo que imagem que o Estado quer passar quando se trata de sua presença no polo sul. A utilização de meios científicos na Antártica tem sua finalidade encoberta pelas cláusulas do Tratado e a justificativa que os Estados encontram para instalarem estações de pesquisa no continente estão vinculadas à ideia de proteção e conservação ambiental, como pode ser visto nos documentos disponíveis nas reuniões do Tratado da Antártica⁵. No caso dos países que reivindicam territórios na região, cada um apresenta uma visão própria de Defesa e de como a Antártica se insere na mesma, porém o presente artigo se limita a analisar apenas o caso da Nova Zelândia e a forma que o país encontrou de legitimar uma questão territorial ao associá-la à pauta ambiental.

O artigo encontra-se dividido em três partes, sendo a primeira uma introdução à questão antártica, delineando o papel que o continente desempenha no meio ambiente, os interesses estatais

⁴ Saint-Pierre faz uma interessante discussão a respeito da diferenciação entre “Defesa” e “Segurança”: o primeiro versa sobre a capacidade de monopólio da força pelo Estado para proteger seus cidadãos, afinal a razão última de sua criação, em relação às demais unidades políticas que estão em constantes tensões entre si. No âmbito interno, a proteção dos cidadãos entre si, é o que se chama de “segurança” (SAINT-PIERRE, 2011, p. 425).

⁵ As atas das reuniões consultivas do Tratado podem ser acessadas no website do Sistema do Tratado da Antártica, disponível em: <https://www.ats.aq/devAS/Meetings/DocDatabase?lang=e>.

que circundam a presença dos mesmos na região, e como o Sistema do Tratado da Antártica molda a interação dos Estados no polo sul. A segunda parte explicita o modo como o sexto continente é visto sob o prisma estratégico e social na Nova Zelândia, contexto no qual se inserem os investimentos em ciência e tecnologia sob a justificativa de preocupações ambientais, principalmente. A terceira parte trata sobre a inserção de recursos destinados à pesquisa científica, ciência e tecnologia, dentro do escopo do Tratado, como investimentos legítimos em Defesa para a Nova Zelândia. Por fim, algumas considerações finais serão tecidas, pensando em como trazer o debate sobre investimentos na área de pesquisa e desenvolvimento aliados à Defesa para o Brasil, utilizando a Nova Zelândia como exemplo.

Cabe ressaltar, ainda, que embora existam diversos autores brasileiros que tratem a respeito da inclusão do continente Antártico como parte do entorno estratégico do Brasil (MATTOS, 2014a); que discutam o tratado da Antártica (FERREIRA, 2009); que analisem pesquisas climatológicas (SIMÕES, 2013) ou que comparem as aproximações no espaço gelado entre o país e a Argentina, por exemplo (BALDRIGHI, 2016); nenhum deles analisa exclusivamente o caso neozelandês buscando exemplos de como aplicar tais experiências à realidade brasileira. Nesse sentido, como este artigo não tem como centro de discussão e análise o caso brasileiro em específico, não é possível compará-lo com os demais trabalhos que versem sobre o tema, mas iniciar uma discussão sobre tal questão e pensar em possíveis abordagens sobre outros programas antárticos e sua relação com o desenvolvimento científico de um Estado.

2. O sexto continente

Com 14 milhões de km², a Antártica foi o último continente a ser descoberto pelo homem. É o local mais frio, mais árido e menos habitado do planeta. Tais condições extremas e tão hostis à vida limitam o número de pessoas vivendo no território. Por não possuir habitantes nativos, sua população atualmente é composta por uma pequena comunidade científica e grupos militares que ou vivem nas bases, ou patrulham o território em embarcações adequadas às características do Oceano Austral. É um imenso laboratório para se estudar os oceanos, clima, atmosfera terrestre e impactos ambientais. Por ser um continente cuja formação geológica é antiga, há grandes possibilidades de seu território deter diversas reservas de combustíveis fósseis como o petróleo. Além disso, cerca de 90% das reservas de água doce potável do mundo encontram-se congeladas no continente. (DODDS, 2012). Sua localização no ponto mais austral do planeta permite o trânsito, seja em terra, no mar ou no espaço aéreo, entre os oceanos Atlântico Sul, Pacífico Sul e Índico, tornando a região um espaço estratégico tanto em relação à obtenção de combustíveis fósseis, quanto acesso à água potável e localização privilegiada entre os mares.

Foi na primeira metade do século XX que exploradores russos fincaram suas bandeiras na Antártica, descobrindo o último continente do planeta. Alguns anos depois, sete países reivindicavam

partes do local como extensões de seus territórios: Argentina, Austrália, Chile, França, Noruega, Nova Zelândia e Reino Unido. No auge da Guerra Fria e após os desdobramentos das disputas coloniais que levaram à Segunda Guerra Mundial, o medo de um novo conflito de dimensões semelhantes levou à assinatura do Tratado da Antártica em 1959, inicialmente abrangendo 12 países (MATTOS, 2015). Estabeleceu-se um conjunto de regras que garantem proteção ao meio ambiente e cooperação científica, além de agir como um meio de estabilizar os diversos conflitos de reivindicação territorial. Para ser signatário e membro consultivo do tratado, é necessário possuir bases operando no continente, cujas atividades sejam voltadas inteiramente para pesquisas científicas, e que as mesmas estejam acessíveis à comunidade de pesquisadores. Bases exclusivamente para fins militares, uso da força e de armamentos, bem como testes de natureza bélica são permanentemente banidos do continente, uma das condições primordiais e mais importantes do Tratado (TRATADO, 1959). Entretanto, a presença de militares no suporte logístico e na administração dos programas antárticos é comum, como pode ser observado ao longo dos anos com a implementação dos mesmos.

Com o Protocolo de Proteção Ambiental do Tratado da Antártica, conhecido como Protocolo de Madri, assinado em 1991 e em vigor desde 1998, os 19 países signatários estabeleceram uma moratória de 50 anos, sujeita a renovação, para a exploração comercial de recursos minerais na região. O Protocolo de Madri faz parte do Sistema do Tratado da Antártica (STA), conjunto de acordos relacionados ao polo sul tendo como base o próprio Tratado da Antártica, com cláusulas próprias e encontros específicos, trazendo maior atenção para a questão ambiental, precisamente em uma época onde as mudanças climáticas e impactos ambientais se tornaram assunto em voga, parte da agenda científica.

Entretanto, desde o primeiro momento em que bases de pesquisa foram instaladas no continente, houve suspeitas de interesses meramente políticos e atividade militar na região. A Península Antártica é a região com maior concentração de bases, sendo esse mesmo espaço antártico mais setentrional a área mais disputada, o que torna visível os interesses políticos na região. Ao mesmo tempo em que o Tratado da Antártica cumpre sua função no contexto do Direito Internacional, ele não garante que os Estados signatários o façam (VIEIRA, 2006).

O aumento populacional e as fortes demandas por novas fontes de combustível levam ao questionamento de como tais locais vão buscar essas fontes e qual será o futuro do continente antártico em relação à sua exploração. A cooperação regional é um dos principais mecanismos de assistência no caso de acidentes ambientais no continente antártico, particularmente em ecossistemas vulneráveis e áreas de interesse global. Sob a perspectiva do “véu da incerteza”, no qual os atores envolvidos na busca pela hegemonia continental antártica não têm noção exata de como os outros Estados reagirão (FERREIRA, 2009), o Tratado serve como uma “barganha institucional” que busca amenizar os

choques de interesses entre tais atores, buscando equilibrar as reivindicações e sustentar uma base institucional que respeite a igualdade de direito de cada parte envolvida.

A questão ambiental é ainda mais delicada, por se tratar de uma das partes mais sensíveis às variações climáticas na escala global. O Protocolo de Madri permite ao continente que, até 2048, fique livre da exploração de recursos naturais para fins comerciais, mas a constante presença de navios pesqueiros na região não traz segurança em relação à manutenção do tratado por mais 20 anos. A região possui 90% do volume da massa de gelo do planeta, absorvendo a maior quantidade de energia da Terra, diretamente ligada à circulação atmosférica e oceânica, ou seja, o clima em geral (SIMÕES, 2013). Essa interação é ainda mais forte nas regiões de baixa latitude, como no caso neozelandês.

3. A presença da Nova Zelândia

A Nova Zelândia sempre foi um país tradicionalmente muito presente no continente antártico, devido à sua importância e à proximidade territorial entre as duas regiões. Desde o século XIX, promove expedições para estudar o continente gelado. Na última década, graças à escassez de grandes conflitos envolvendo a Oceania, o país voltou suas prioridades para o sexto continente. É um dos países signatários originais do Tratado Antártico de 1959, mesmo ano que instalou sua estação de pesquisa científica, a Scott Base, na Ilha de Ross.

Com a inserção do país no continente Antártico, até 1991, o Departamento de Ciência e Pesquisa Industrial (DSRI, na sigla em inglês) se tornou responsável pelos investimentos e pesquisas no continente antártico. Morten (2017) apresenta a evolução das pesquisas de 1957 até 1991 e aponta que durante as primeiras décadas, as pesquisas não fugiram muito de aspectos relacionados ao meio ambiente, biologia e mapeamento geológico. Entretanto, em 1985 um novo documento foi lançado, “*Future Directions in New Zealand Antarctic Research*”, que ressaltava a importância de um engajamento cada vez mais ativo nas pesquisas focando em alguns pontos: os efeitos da Antártica na Nova Zelândia e no clima global; a relação próxima da Ilha de Ross com o país; História dos fenômenos de mudanças climáticas; adaptação da vida em condições extremas e fenômenos específicos que ocorrem somente nos polos. Para isso, os investimentos no DSRI aumentaram de \$157,212 em 1959/1960 para \$3.333 milhões 1988/1989 (RDRC, 1985).

Desde a década de 1980, a preocupação regional da Nova Zelândia e das ilhas menores em seu entorno aumentaram, especialmente com a iminente possibilidade de desaparecimento de seus territórios devido ao aumento do nível do mar causado pelo derretimento das calotas polares, derivado do fenômeno do aquecimento global. Essa situação tem gerado a ocorrência cada vez maior do que se conhece por “refugiados ambientais”, pessoas que deixam seus países pela ocorrência de fenômenos relativos ao meio ambiente que impedem a continuidade da moradia nesses locais (RAMOS, 2011);

acredita-se que a Nova Zelândia será o primeiro país impactado pela busca de refúgio causada pelas mudanças climáticas.

Nesse sentido, a busca por maior compreensão dos impactos dessas mudanças se faz cada vez mais necessária e estratégica. Ainda segundo Morten (2017), é possível perceber sucessivos planos de ação para a manutenção e melhoria das pesquisas no continente Antártico, tendo os investimentos em ciência mais do que dobrado de 1997/1998 a 2004/2005. Além disso, os pesquisadores neozelandeses estão dentre os que mais publicam artigos na área e suas diversas descobertas contribuem em eventos mundiais, possibilitando pesquisas conjuntas com outros países. O principal parceiro internacional da Nova Zelândia na Antártica são os Estados Unidos, com o qual compartilha acordos logísticos devido à proximidade de suas bases.

Juntamente com a Austrália, é um dos países que mais contribui para as políticas ambientais na região, sendo um dos membros mais ativos na Comissão para Conservação dos Recursos Marinhos Vivos da Antártica (CCAMLR, sigla em inglês), buscando constantemente a criação de áreas de proteção ambiental em regiões antárticas próximas ao território neozelandês e ao território antártico reivindicado pelo país. Um dos principais entraves para a criação destas áreas de proteção ambiental são os vetos constantes aplicados por Rússia e China, além de táticas protelatórias que enfraquecem as negociações. O desinteresse de tais países na concretização dos acordos se dá pelo fato de possuírem grandes frotas pesqueiras no Oceano Austral, fonte de recursos alimentícios e potencial de extrativismo energético (BROOKS, 2013). A presença de navios estrangeiros em águas próximas aos territórios reivindicados tanto pela Austrália quanto pela Nova Zelândia é vista como ameaça à soberania dos mesmos, que recorrem à meios jurídicos e diplomáticos ligados a questões ambientais como a CCAMLR para salvaguardarem seus interesses (HEMMINGS, 2008).

4. Ciência e tecnologia aliadas à Defesa

O *New Zealand Antarctic Research Institute*, em parceria com o *Antarctica New Zealand*, é o órgão de pesquisa científica da Nova Zelândia. Seu objetivo é a proteção do meio ambiente e pesquisa científica. O desenvolvimento deste ponto é fundamental para os neozelandeses e todos os outros países membro do Tratado Antártico de 1959, visto que o artigo IX determina que:

Cada Parte Contratante que se tiver tornando membro deste Tratado por adesão, de acordo com o Artigo XIII, estará habilitada a designar representantes para comparecerem às reuniões referidas no Parágrafo 1 do presente artigo, durante todo o tempo em que a referida Parte contratante demonstrar seu interesse pela Antártida pela promoção ali de substancial atividade de pesquisa científica, tal como o estabelecimento de estação científica ou o envio de expedição científica (TRATADO, 1959: p. 8).

Em 2010 foi lançada a Estratégia Científica neozelandesa 2010-2020 focada na Antártica e no oceano austral. Tal estratégia envolve o maior conhecimento sobre o continente, impactos das mudanças climáticas no local, ecossistemas marinhos e sua conservação. É importante ressaltar que o

financiamento de pesquisas é feito pelo governo (através de projetos próprios ou junto às Universidades) e também por algumas agências da iniciativa privada nacional; em 2013, um evento acadêmico realizado pelo Instituto de Pesquisa Antártica da Nova Zelândia (NZARI, na sigla em inglês) uma dessas agências privadas, fomentou discussões para os cinco anos seguintes, ou seja, até 2018, que resultaram em um documento enviado ao Governo como uma proposta de Livro Branco para a Antártica (NZARI, 2013).

Assim, a partir de 2013, a Nova Zelândia passou a publicar suas visões estratégicas nestes documentos. O Livro Branco de Defesa neozelandês de 2016 teve como foco seu programa antártico; já a edição de 2018, apesar de ser menos enfática que a anterior, mantém a abordagem sobre o território, sublinhando sua responsabilidade na manutenção da presença civil no continente, o constante patrulhamento em sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE) – a zona da Nova Zelândia na região antártica é a maior do mundo, com uma área de 405 milhões de hectares – juntamente com o desenvolvimento de seu aparato militar propício para tal atividade; proteção do meio ambiente e da pesquisa científica e manutenção da soberania neozelandesa em determinadas áreas antárticas e próximas, como as áreas de proteção ambiental, especialmente os santuários livres de atividade pesqueira. A questão da presença civil é uma das mais ressaltadas pelos documentos de defesa da Nova Zelândia, primeiro pela óbvia necessidade de garantir a segurança dos cidadãos neozelandeses que fazem a travessia dos oceanos até chegar ao continente e passam por longos períodos trabalhando na região; segundo porque manter tais cidadãos na região é uma forma de se afirmar como potência presente na Antártica (NEW ZEALAND GOVERNMENT, 2018).

A segurança cibernética e a coleta de informações estratégicas foram temas constantes nas últimas edições do Livro Branco de Defesa nacional, tendo a Antártica como uma de suas prioridades na edição de 2016, apesar de apresentar pouco desenvolvimento sobre o tipo de estratégia a ser adotada. Entretanto, na edição de 2018, o continente não é citado dentro do escopo, deixando o foco para o terrorismo cibernético (Idem).

É clara a intenção da manutenção da reivindicação de soberania da Dependência de Ross, região sob aclamação neozelandesa desde 1923 e reforçada com a instalação da *Scott Base*. Essa presença conta com um forte suporte da infraestrutura militar do país, que segundo o livro branco vai ganhar novos navios quebra-gelo e suporte da Força Aérea da Nova Zelândia (NEW ZEALAND GOVERNMENT, 2016a).

No ano de 2016 o Ministério das Relações Exteriores, por meio da pasta *Antarctica New Zealand*, lançou o documento *Statement of Intent 2016-2020*, ressaltando os planos para o continente durante os quatro anos seguintes. Apesar de pouco diferir do que foi apresentado no Livro Branco de Defesa de 2016, o documento enfatiza o orçamento adicional de \$16,7 milhões apenas para suporte logístico das atividades científicas. O aumento de verbas para a ciência, se pautando no aspecto de

cooperação científica do tratado, é uma forma de garantir que a presença estrangeira na região não envolva ações militares e econômicas, de modo a impor sua hegemonia e defender seu entorno marítimo. O país tem total entendimento dos riscos que corre com a exploração estrangeira tanto em mar, quanto em solo antártico, graças à grande influência climática e ecossistêmica que aquele continente possui em seu território, e à ameaça da posição estratégica de bases e navios no continente próximo (NEW ZEALAND GOVERNMENT, 2016b).

Em maio de 2017, por ter sido entendido como prioridade científica, foi aprovado o orçamento de financiamento pelo Fundo de Investimento em Ciência Estratégica cujo projeto é uma nova Plataforma Científica⁶ para a Antártica. O propósito é compreender o impacto do sexto continente ao ecossistema da Terra, e como isso pode mudar em um mundo com o aumento da temperatura global de + 2° C, conforme estabelecido no Acordo de Paris; e, ainda, salvaguardar os benefícios estratégicos da atividade científica da Nova Zelândia na Antártica e otimizar o valor e o impacto da ciência antártica e das despesas relacionadas à esta (ANTARCTICA NEW ZEALAND, 2017). Para a realização de tal projeto serão disponibilizados \$49 milhões durante sete anos, que financiarão pesquisas em território antártico ou sobre o mesmo (NEW ZEALAND GOVERNMENT, 2017).

5. Considerações finais

A Nova Zelândia passou a reafirmar sua postura de vigilância perante o continente antártico, de modo a aumentar os investimentos para a patrulha na região e envolver mais cientistas em seu instituto antártico. Cooperar com os Estados Unidos na região pode significar uma frente mais agressiva diplomaticamente em relação à Rússia e China, principalmente, países com maior quantidade de navios pesqueiros na região.

Ao destinar valiosos recursos financeiros, tempo, material e especialistas empregados no setor tecnológico e científico, o país ao mesmo tempo cumpre suas obrigações legais em relação ao Tratado e constrói o casamento ciência-tecnologia-desenvolvimento, tão caros ao setor de defesa. Por ter sua operabilidade administrada por militares, não é distante a noção de que as bases científicas poderiam facilmente ser adaptadas para bases militares em situações de exceção, principalmente porque as forças armadas são a principal instituição capaz de operar em ambientes extremos como o sexto continente. Os investimentos para infraestrutura são minimamente pensados de modo a se adequar a diversas situações, dessa forma, todos os setores são beneficiados com o programa. Adentrar na problemática

⁶ NEW ZEALAND GOVERNMENT. Ministry of Business, Innovation & Employment. Strategic Science Investment Fund. **Budget 2017: Investing in Antarctic Science**: “A platform is a combination of people, facilities, information and knowledge that provide a particular, ongoing science and innovation capability for New Zealand”. Disponível em: <<https://www.mbie.govt.nz/assets/b1f5669808/investing-antarctic-science.pdf>>. Acesso em: jan. 2019.

ambiental significa para a Nova Zelândia encontrar um ponto de interesse comum entre Estado e população que justifica a aplicação de recursos na região.

É interessante para o Brasil manter boas relações com a Nova Zelândia para futuros diálogos em casos de conservação ambiental, tanto no continente quanto em suas águas, especialmente após todos os esforços legais e estratégicos que o país desempenhou para manter sua posição vigilante na região. Mas também é interessante compreender como o país se insere na região e em que nível se dá o esforço político para tal, e como os investimentos na área de ciência e tecnologia também são investimentos em pesquisa e desenvolvimento na área de Defesa, uma vez que o Tratado da Antártica alia todas essas esferas. Desse modo, as políticas implementadas em setores estratégicos ganham robustez e maior complexidade.

Os pontos de interesse no continente foram desenvolvidos conforme os outros países diminuíram temporariamente seus interesses antárticos. É importante ressaltar que, em caso futuro de escalada de conflito na região, as nações da Oceania que detêm bases no polo sul terão maior vantagem tecnológica sobre a Antártica, graças a seus esforços contínuos para manter certo *status quo* regional. Nesse sentido, o aumento dos investimentos e a constante realização de pesquisas visando à melhor utilização do continente podem gerar conhecimentos de uso dual e, se “saber é poder”, os Estados detentores de projetos sólidos, análises robustas e tecnologias adequadas estarão muitos passos à frente num possível cenário de tensão regional.

Referências bibliográficas

ANDRADE, I. O. *et al.* O Brasil na Antártica: a importância científica e geopolítica do Proantar no entorno estratégico brasileiro. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea. 2018, pp.20

ANTARCTIC TREATY CONSULTATIVE MEETING. *Final Report of the Thirty-ninth Antarctic Treaty Consultative Meeting*. Santiago. Chile 23 May - 1 June 2016, Volume I. Disponível em <http://www.ats.aq/documents/ATCM39/fr/ATCM39_fr001_e.pdf> Acesso em: 8 de dezembro de 2019.

BALDRIGHI, R. M. Antártida: Uma análise histórico-comparada das presenças brasileira e argentina no continente gelado. In: III Seminário de RI - ASCES UNITA, mai. 2016. Cauaru, PE. *Anais* (online). Pernambuco: ASCES UNITA, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.asc.es.edu.br/handle/123456789/183>>. Acesso em: jan. 2020.

BROOKS, C. M. *Competing values on the Antarctic high seas: CCAMLR and the challenge of marine-protected areas*. The Polar Journal, 2013, vol. 3, nº2, 277–300. Acesso em: 21 de janeiro de 2019.

Commission for the Conservation of Antarctic Marine Living Resources. *CCAMLR joins Tasmanian Antarctic showcase for diplomats*. Disponível em <<https://www.ccamlr.org/en/news/2016/ccamlr-joins-tasmanian-antarctic-showcase-diplomats>> Publicado em 10 de maio de 2019.

DODDS, K. *The Antarctic: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford Press University, 2012. 121p.

DOLINGER, J. *Direito Internacional Privado*. Parte Geral. 11ª Edição - Rio de Janeiro, Forense. 2014.

FERREIRA, F. R. G. *O sistema do tratado da Antártica: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p.248.

HEMMINGS, A. D. et al. Beyond claims: towards a non-territorial Antarctic security prism for Australia and New Zealand. *New Zealand Yearbook of International Law, The*, v. 6, p. 77, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Alan_Hemmings/publication/261992143_Beyond_Claims_Towards_a_Non-Territorial_Antarctic_Security_Prism_for_Australia_and_New_Zealand/links/558a660f08ae2affe71549b5/Beyond-Claims-Towards-a-Non-Territorial-Antarctic-Security-Prism-for-Australia-and-New-Zealand.pdf>. Acesso em: 22 de janeiro de 2019.

JOYNER, C. C. *Antarctica and the Law of the Sea*. Martinus Nijhoff Publishers. Kluwer Academic Publishers. Holanda. 1992.

MATTOS, L. F. *A inclusão da Antártica no conceito de Entorno Estratégico Brasileiro*. Revista da Escola de Guerra Naval, v.20, n.1, jan/jun 2014, p. 165-192. Disponível em: <<http://www.egn.mb/arquivos/revistaEgn/nova-revista/revista-20n1/index.html>>. Acesso em: 11 de dezembro de 2019. 2014a.

_____. *Antártica E O Pensamento Geopolítico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra. Disponível em <www.esg.br/images/Laboratorio/publicacoes/antarctica.pdf> Acesso em: 11 de dezembro de 2019. 2014b.

_____. *O Brasil E A Adesão Ao Tratado Da Antártica: uma Análise da Política Externa no Governo Geisel*. Orientador: Jorge Calvario dos Santos. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Estudos Estratégicos, 2015. 244p.

MENEZES, W. *O Direito do Mar*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2015.

MONTEIRO, A. M. G.; TOMMASI, L. R. Ophiuroidea das regiões Antártica e Subantártica: 1. Sobre três espécies de Gorgonocephalidae e Ophiacanthidae. *Boletim do Instituto Oceanográfico*, v. 32, n. 1, p. 33-54, 1983.

MORTEN, P. *The evolution of New Zealand's Antarctic research programme since 1957*. *Polar Record*, 2017, vol. 53, no 4, p. 382-395. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core>>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

NEW Zealand Government. *Antarctica New Zealand*. Informações disponíveis em <<http://www.antarcticanz.govt.nz/>> Acesso em 1 de janeiro de 2019.

_____. *Defence White Paper 2016*. Ministry of Defence, June 2016.

_____. *Strategic Defence Policy Statement 2018*. Ministry of Defence. Disponível em <<https://defence.govt.nz/assets/Uploads/Strategic-Defence-Policy-Statement-2018.pdf>> Acesso em 24 de janeiro de 2019.

_____. *Statement of Intention 2016-2020*. Disponível em: <<http://www.antarcticanz.govt.nz/assets/About-Us/governance/publications/2016-2020-SOI.pdf>> Acesso em 24 de janeiro de 2019.

_____. Antarctic Science Platform. *Budget 2017 Antarctic Science Fact Sheet*. Maio 2017. Disponível em: <<https://www.mbie.govt.nz/assets/e8291ef606/antarctic-research-platform-faq.pdf>>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

_____. Antarctica New Zealand. *New Zealand Antarctic and Southern Ocean Science Directions and Priorities 2010-2020*. Disponível em: <<http://www.antarcticanz.govt.nz/science/new-zealands-antarctic-science-strategy/>>. Acesso em 20 de janeiro de 2019

New Zealand Antarctic Research Institute. *THE ANTARCTIC SCIENCE CHALLENGE FOR NEW ZEALAND*. Disponível em: <<http://nzari.aq/supporting-research/the-antarctic-science-challenge-for-new-zealand>>. Acesso em 20 de janeiro de 2019

New Zealand Ministry of Foreign Affairs & Trade. *Antarctica and the Souther Ocean*. Informações disponíveis em: <<https://www.mfat.govt.nz/en/environment/antarctica/>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2020.

OLIVEIRA, C. M.; FONSECA, E. R. B. *A Corte Internacional de Justiça e o Meio Ambiente: Uma Análise do Caso Pesca de Baleia na Antártica Sob a Luz do Direito Internacional Para a Humanidade No Século*. 2014. Disponível em Acesso em: 19 de julho de 2019.

RAMOS, E. P. *Refugiados ambientais: em busca de reconhecimento pelo Direito Internacional*. 150 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RDRC (Ross Dependency Research Committee). *Future directions in New Zealand Antarctic research*. 18 f. Wellington: Ross Dependency Research Committee. 1985.

SAINT-PIERRE, H. L. "Defesa" ou "segurança"?: reflexões em torno de conceitos e ideologias. *Contexto int.*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 407-433, Dec. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292011000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: jan. 2020

SALAS, C. R. H. *Los Confines De La Responsabilidad Ambiental Em Los Ecosistemas Dependientes Y Asociados Al Medio Ambiente Antártico*. Punta Arenas: Revista Electrônica de Estudios Internacionales. 2012.

SILVEIRA, C. C. *Visões Sobre o Atlântico Sul E A Presença Da Marinha Do Brasil Na Antártida*. Revista Brasileira de Estudos Estratégicos: Instituto de Estudos Estratégico da Universidade Federal Fluminense - INEST/UFF. Ed. nº 4 - Vol. I Rio de Janeiro, Luzes – Comunicação, Arte & Cultura, 2014, p. 339 - 358. Disponível em <<http://www.inest.uff.br/images/REST-ARTIGOS/n4vol1/REST%204%20Edio%20digital.pdf>> Acesso em: 15 de maio de 2019.

SIMÕES, J. C. (org.) *Ciência Antártica para o Brasil: Um plano de ação para o período 2013 – 2022*. Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas. Coordenação para o Mar e Antártica. Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. Brasília, 2013

TRATADO DA ANTÁRTICA. Washington, DC, 1959. Mimeo.

The New Zealand Antarctic Research Institute. *5-year focus for Antarctic, Southern Ocean and Subantarctic Research (2013-2018)*. 2013, 4 p. Disponível em: <https://nzari.aq/images/downloads/Antarctic_Futures_White_Paper.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2019.

VERASZTO, E. V.; SILVA, D.; MIRANDA, N. A.; SIMON, F. O. Tecnologia: buscando uma definição para o conceito. *Prisma. com*, n. 8, p. 19-46, 2009.

VIEIRA, F. B. *O Tratado da Antártica: Perspectivas Territorialista e Internacionalista*. Cadernos PROLAM/USP (ano 5 - vol. 2 - 2006), p. 49 - 82.



THE CASE FOR LONG-TERM CARE POLICIES: THEORY AND AN OVERVIEW ACROSS THE OECD AND BRAZIL

**Larissa dos Santos
Domingues**

Mestranda do Programa de
Pós-Graduação em
Economia da Universidade
Federal Fluminense.

Agradeço o apoio da
Fundação de Amparo à
Pesquisa do Estado do Rio
de Janeiro (Faperj) através
do programa da Bolsa Nota
10.

E-mail:
larissa.dsd@gmail.com

Abstract: In light of the demographic and socio-economic trends from the second half of the twentieth century, which have brought forth the necessity of elderly care, this paper aims to reflect on the case for long-term care (LTC) policies from a theoretical standpoint, considering the specificities of elderly care work and what those policies may achieve; also, it provides an overview of LTC policies across the OECD and Brazil in recent years. It finds large variation in the development of such policies across the OECD, which regardless, provide more coverage of care to the elderly than Brazil. Additionally, it suggests that the majority of countries do not sufficiently account for work-family balance conflicts of family carers.

Keywords: Elderly care; Work-family balance policies; Care crisis; Long-term care; Welfare states.

Resumo: À luz tendências demográficas e socioeconômicas da segunda metade do século XX, que trouxeram à tona a urgência do cuidado de idosos, esse artigo apresenta o argumento pelas políticas de cuidado de longo-prazo de um ponto de vista teórico, considerando as especificidades do trabalho de cuidado de idosos e quais são as potencialidades dessas políticas; ademais, apresenta panorama das políticas de cuidado de longo-prazo na OCDE e no Brasil em anos recentes. É encontrada ampla variação no desenvolvimento destas políticas na OCDE, mas que sempre provêm maior cobertura de cuidado de idosos do que no Brasil. Sugere-se que a maioria dos países ainda aborda de forma incipiente os conflitos entre trabalho e família para cuidadores familiares.

Palavras-chave: Cuidado de idosos; Políticas de conciliação trabalho-família; Crise do cuidado; Cuidado de longo-prazo; Estados de bem-estar social.



1. Introdução

Amongst the many areas of social policy, elderly care is attracting growing interest among policy-makers and welfare state scholars, despite traditionally not drawing a special interest. From the first experiences of a welfare state in Germany and subsequently the United Kingdom, to the post-war Keynesian expansion period, the welfare states across Europe have focused on insuring citizens against social risks stemming from a capitalist economy¹ (KERSTENETZKY, 2012). This means the *Trente Glorieuses* welfare states were geared towards decommodification, achieved through a compulsory social insurance system. However, they were based on the male breadwinner model (the Nordic countries already incentivized a dual-earner model²), which relied upon the wife to do virtually all care and domestic work, which included caring for the elderly (ORLOFF, 1993; LEWIS, 1992; BORCHORST e SIIM, 2002).

Demographic and socio-economic trends, however, have increased the caring burden on women's shoulders and made for projections of a diminishing pool of family carers. The main demographic issue is population ageing: across the member-states of the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), the share of the population aged 65 to 79 is expected to increase from around 10% to 15% in 2050, and the population over 80 – with a much higher probability of needing long-term care – is expected to grow from 4% to 9,4% over that same time frame (COLOMBO et al., 2011). In Brazil, between 2016 and 2036, the population aged 65 to 79 is projected to increase twofold and the those aged 80 or older to increase 2,6 times over the same time period (SOUZA, 2018). Even though the gains in male life expectancy are expected to increase the proportion of old people living in couples until 2050, where one may care for the other, therefore decreasing the proportion of frail elderly living alone (mostly women), the proportion of both-frail couples is projected to increase by 2050 (COLOMBO et al., 2011).

In broad strokes, the socio-economic trends are the acceleration of women's entry into the workforce on the second half of the 20th century; the changes in family structure, with an augmented proportion of divorce and single parenthood in lieu of the traditional married (heterosexual) couple; technological change, leading to less labor-intensive production techniques and the growth in the service sector versus manufacturing, which pays relatively smaller wages (IVERSEN, WREN, 1998; KERSTENETZKY, 2012). These processes also contributed to families needing a second provider, therefore making women's presence in the workforce definitive.

¹ In some countries, such as the United Kingdom in 1911, mandatory health insurance was also instituted (KERSTENETZKY, 2012).

² But even so, the family is the main agent of care provision (LEITNER, 2003).

In the wake of the care crisis created by those trends, organizing long-term care was acknowledged as policy priority for the future of the welfare states. In this article, the definition of long-term adopted is that of the specialized OECD report on this subject:

Long-term care: is defined as a range of services required by persons with a reduced degree of functional capacity, physical or cognitive, and who are consequently dependent for an extended period of time on help with basic activities of daily living (ADL). This “personal care” component is frequently provided in combination with help with basic medical services such as “nursing care” (help with wound dressing, pain management, medication, health monitoring), as well as prevention, rehabilitation or services of palliative care. (COLOMBO et al., 2011, p. 11)

In this text, elderly care is also used interchangeably. It is important to note that most caregivers are involved in low-intensity care, therefore, the need to receive care is more widespread than one might think at a first glance. Around half of all users in the OECD (varies between countries) are aged over 80, most of which being women (COLOMBO et al., 2011).

Besides catering to the needs of a bigger old-age population, long-term care policies have to be evaluated also through the lens of the carer and what incentives are being provided to them. The long-term care (henceforth LTC) policies can achieve de-familialization, therefore advancing on one of the objectives of the welfare state – identified by Esping-Andersen (1999) after the feminist critique³ (Orloff, 1993; Lewis, 1992) of his seminal work *The Three Worlds of Welfare Capitalism* (1990) – or be familialistic, reinforcing the family’s (mainly women’s) caring duty (LEITNER, 2003). For having this de-familializing potential, that is, the potential to unburden families and diminish the extent to which an individual is dependent on kinship for care, the LTC policies may improve work-family balance, depending on their design (ESPING-ANDERSEN, 1999).

Work-family policies, in general, contribute to increasing employment levels, promoting economic growth, enlarging the tax base, therefore having the potential to more than cover the costs of the transfers women receive as social protection. They may also increase fertility rates, lower the risk of childhood poverty, and clearly empower women inside the family by diminishing their economic dependence upon their male partner (ESPING-ANDERSEN, 2009; LEWIS, 2009; DOMINGUES, 2018).

In this context, this paper aims to reflect on the case for LTC policies from a theoretical standpoint, considering the specificities of elderly care work and what those policies may achieve, and provide an overview of the LTC conditions across the OECD and in Brazil in recent years.

³ The main point of their criticism was that Esping-Andersen’s 1990 typology was centered around a male worker and based on the male breadwinner family model. Basically, it lacked a gender-sensitive approach, and Ann Orloff (1993) and Jane Lewis (1992) proposed alterations and new analytical categories. However, introducing the concept of de-familialization as a dimension of comparative welfare studies and recognizing the social and political function of the family, Esping-Andersen’s 1999 work received criticism by Leitner (2003) for not defining familialism appropriately: it should be defined in terms of the family policy it is being used to classify.

Subsequently, the text is divided into two sections, followed by the concluding remarks. The first section addresses the theoretical standpoint and the second section shows data for long-term carers and care recipients across the OECD, serving as a lesson for policy improvement in Brazil, where the scarce policies are described.

2. Theory: the care work and the space for social policy

2.1. The specificity of care work

The caring work differentiates itself from other types of work traditionally embedded in the market context. There is no one definition of care work, but Karina Batthyány (2017) identifies three dimensions of care: (i) the material dimension, relating to the time spent performing care work; (ii) the economic one, relating to the costs involved and the (iii) psychological dimension, corresponding to the act of being responsible for someone else and its emotional consequences. The last dimension differentiates care work from other types of historically remunerated activities performed in the public sphere.

Despite being fundamental to social reproduction and economic production, the reproductive care work performed largely by women is undervalued. Even though part of the skills is acquired during the life cycle (no training necessary), traditional gender roles have assigned caring as a skill women naturally possess, that is one of the reasons why domestic workers earn less than workers with equivalent education and training in other sectors (ILO, 2013). Reproductive work (includes care and housework) suffers from an invisibility issue: as the industrial era increasingly associated work to paid work, and value to money, women's reproductive work was not perceived as work⁴, and as social reproduction was separated from economic production, reproductive work has its social function obscured (BORIS; LEWIS, 2006, apud ILO, p. 68; FRASER, 2016). Since then, housework and care work have been undervalued, even when hired through the market.

Akin to the notion of "psychological dimension of care" feminist economists identify the reciprocity bond between the caregiver and the care recipient as a marked feature of this type of work (SOUZA, 2018). According to Araújo (2019), reciprocity can be defined as a feeling of worry towards another that translates into obligations; thus caring for the elderly can be seen as indirect reciprocity, because it involves the trade of material and symbolic goods between generations. Care as indirect reciprocity takes part in the ideological construction of sexual division of labor. The author also argues that the expectation of reciprocity transcends the family barrier and is also expected of paid carers, along with the notion of patience and sacrifice for love, recounted by interviewed carers as necessary

⁴ Thankfully, since then, the field of feminist economics has successfully made the case for housework to be considered a type of work (BENERÍA, 2003).

skills to do the job. Such moral requirements of the carer are in opposition with the logic of the market⁵, since remuneration is perceived as something that tarnishes the true meaning of care, constitute a barrier to better valuation for care work. This familial care model (based on sacrifice and reciprocity) is also a mechanism of subordination, as a level of emotional detachment is reported by the more skilled carers as necessary to gain bargaining power should any conflict between them and their employer arise (ARAÚJO, 2019).

2.2. What is the space for public intervention?

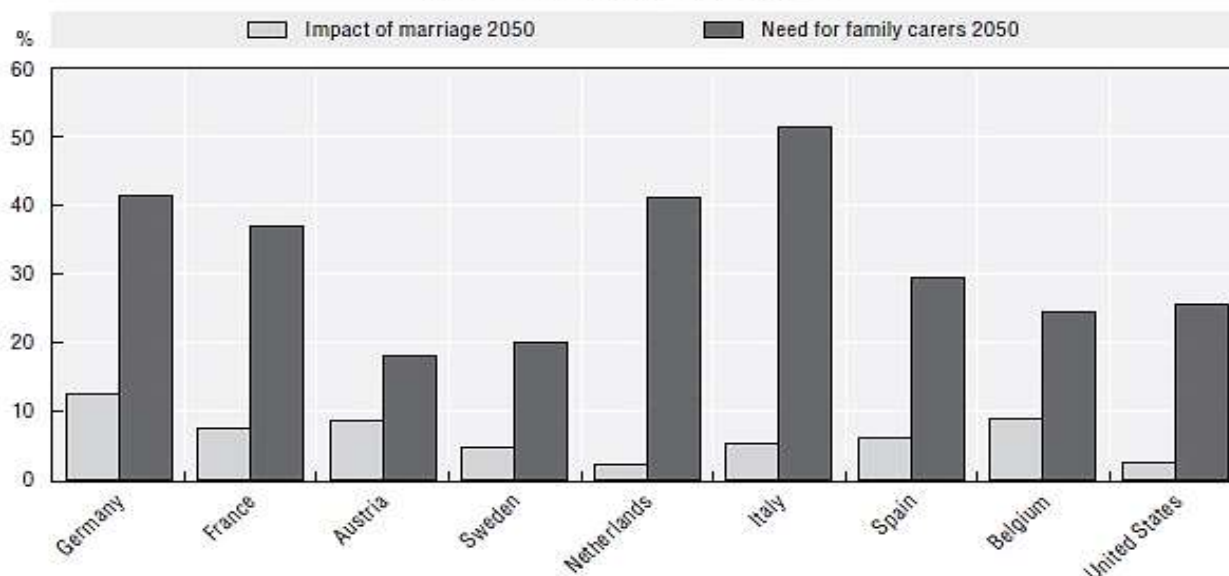
Besides the issue of the value of care work and how it plays out once it is externalized, providing ways for families to share the care burden with the state or the market is in the interest of public policy, as stated in the Introduction. Since Esping-Andersen's (1990) seminal comparative welfare states work, the state, market and family were established as the three sources of care. As women entered the labor market, fertility rates dwindled, life expectancies grew, technology changed, unionization and party affiliation diminished and the service sector became prominent, new social risks arose, among which the care crisis (BONOLI, 2005; DOMINGUES 2018). In Brazil, the care crisis is predicted to worsen as, considering the most care-dependent age brackets of children under four years old and elderly over 80, the latter is projected to increase by 5,4 million as the former is projected to decrease by 2,8 million. There is, therefore, in Brazil, a positive net effect on care demand, as work-family balance policies have not improved enough recently, underperforming when compared to Uruguay in terms of childcare, as reflected in the stagnation in the female labor participation rate (SOUZA, 2018; DOMINGUES, 2018).

In the OECD, besides the change in the shares of those aged 65 to 79 and that of those 80 or older already mentioned, there is another important demographic implication of low fertility and mortality rates: a decreasing pool of working-age adults that may provide intensive care for their parents in advanced capitalist economies (COLOMBO et al., 2011). It is important to note that most family care is provided by elderly spouses, daughters, or in-laws in the 45 – 64 age group (LEITNER, 2003). Therefore, the ratio of carers to elderly people is decreasing. When considering only those aged 50 or more, the net effect of having more married old couples versus the growth in care demand, is negative, as shown in the Figure below (COLOMBO et al., 2011)⁶.

⁵ The less trained caregivers who were interviewed reported that, should they not need the money, they would not charge for their care work. Their main goal is not to maximize profits but their personal bond with the elder (ARAÚJO, 2019).

⁶ The projections are made using “current proportions of the population being married by age group and gender and their corresponding forecasts in life expectancy” (COLOMBO et al., 2011, p. 66).

Figure 2.8. The projected growth in frail elderly greatly outweighs that of potential caregivers



Note: "Need for family carers" indicates the change in family carers necessary by 2050 in order to maintain the existing carer/care recipient ratio. This depends on demographic trends, the existing proportions of individuals with restrictions in daily living activities (ADL) and of those providing unpaid care. A relatively high need for family carers can reflect an existing low proportion of family carers among the oldest old (e.g., Germany and Netherlands) or a high proportion of the oldest old having ADL restrictions (e.g., Italy). *Impact of marriage* indicates expected change in the availability of potential carers (spouses), by 2050. The difference between the two indicates the size of the potential care gap.

Fonte: OECD. Help Wanted? Providing and Paying for Long-term Care. 2011. p. 66

This gap not as pronounced as in the figure above if we consider the existence of carers under 50 but it does signal to the necessity of developing social policies to face it. By allowing families to free up time that was previously allocated to care, work-family balance policies are economically oriented social policies that may achieve different goals, economically desirable outcomes (growth in employment, the tax base and fertility rates, inter alia) while incentivizing or not a more equitable sexual division of reproductive labor (KERSTENETZKY, 2012, 2017).

Work-family balance policies include a range of different measures, the dimensions in which policy makers in the European Union have focused on since the 1990s being Early Childhood Education and Care (ECEC), leaves to care for children and flexible working arrangements to care for them (LEWIS, 2009). ECEC services are consensually agreed to be efficient, with empirical studies finding positive effects on female employment, and negative impact on the gender wage gap and the wage gap between mothers and childless women (OLIVETTI e PETRONGOLO, 2017; CUKROWSKA-TORZEWSKA, 2017; KERSTENETZKY, 2012; ESPING-ANDERSEN, 2009). The leaves for care have more mixed gendered implications: on the one hand, they are intrinsically supportive of the family as the main source of care provision, therefore being classified by Leitner (2003) as a familialistic policy. On the other hand, the parental leave, differently from the classic

maternity leave and short paternity leave, can assist in shifting the sexual division of labor by introducing “daddy quotas”, by allowing extra time (or total time) of parental leave to be taken only by the assigned second carer. The length of the maternity leave – or the portion of parental leave assigned to the mother – may also have mixed effects on female labor market attachment, with empirical research finding that up to one year the impact is positive (OLIVETTI e PETRONGOLO, 2017). Lastly, flexible working arrangements, which include flextime but also part-time work, have mixed gendered results. The literature suggests flextime is more beneficial to women, since it allows accommodating childcare schedules without harming their earnings, as part-time reduces their financial autonomy and, in the case of Brazil, is more frequent in the informal labor market (therefore risking social protection for those women who choose an informal job in order to reconcile work and care) (DOMINGUES, 2018).

In addition, as LTC policies gain impetus currently, it is important to note that they are also work-family balance policies. In fact, the regulation of home-based care work has such important implications for work-family balance that Blofield and Franzoni (2014) highlight this regulatory policy as one of the three categories of policies that reconcile work and family typology. LTC can be provided at home, informally by the family or by a formal hired carer, at an institution or at day-care centers (COLOMBO et al., 2011). The literature has pointed out to the benefits of home care for the well-being of the elder person, for the intra-familial relations and to it being less costly (GUEDES e KERSTENETZKY, 2013; COLOMBO et al., 2011). They may have different de-familialization outcomes, however. Before that issue is tackled, however, one theoretical issue remains: that of efficiency.

Although countries across the OECD have organized different LTC systems, on average, the share of public spending is much higher than private LTC spending. Except for Switzerland, where private spending accounts for 60% of total LTC spending, the average share of private spending is 15% of total spending across the OECD. Though there is underreporting of informal private spending and the cost of board and lodging in nursing homes, the public share of spending is undeniably important. Total spending on LTC accounted on average for 1,5% of member states’ Gross Domestic Products in 2008 across the OECD (COLOMBO et al., 2011). Said Organisation proposes a typology of public LTC coverage, creating clusters centered around eligibility criteria: (i) universal coverage within a single program, either as part of a tax-funded social-care system such as in Scandinavia or through a social insurance scheme specialized in LTC such as in Germany, the Netherlands, Luxembourg, Japan and Korea or even by making it a part of the health system like in Belgium; (ii) universal personal-care benefits, whether in cash (Austria, France, Italy) or in-kind (Australia, New

Zealand), where benefits are commonly related to the ability to pay; (iii) safety-net, means-tested schemes, comprised of the UK and the USA (COLOMBO et al., 2011).

Therefore, it is interesting to reflect upon why the welfare states have reason to support LTC policies, besides the social justice motivations⁷ and the negative utility one may accrue for living in a society where the elderly are not supported. A purely private insurance market would not be efficient in the case of LTC because of possible adverse selection (only those who thought they would need care in their old age would insure themselves), which would make compulsion necessary. A moral hazard problem might arise, theoretically, if insureds took less care of their own health in the years leading up to their *troisième age*, which is one of the reasons why all public LTC coverage systems across the OCDE have some form of private cost sharing⁸(COLOMBO et al., 2011). The biggest issue, however, is information: such a long-term and complex contract as one covering long-term care involves uncertainty, not risk, whereby costs, and therefore, insurance premiums, are incalculable. Indeed, not even the direction of change in the probability of needing care is known, because of the sustained life expectancy growth in recent decades. This problem is present on both the supply and demand side of the market and, therefore, makes social insurance more adequate since the contract does not need to be fully specified as members subscribe, facilitating the necessary adjustments through time (BARR, 1998).

3. Recent policy experience in the OECD and the lessons for Brazil

To provide an overview of LTC in the OECD and what the policy foci are, it is interesting to start with the results of a survey with 28 OECD countries asked to identify policy priorities towards long-term care. 85% of countries ranked “Ensuring fiscal and financial sustainability” as the top priority, taking first place in the ranking, followed by “Encouraging home care arrangements” tied with “Enhancing standards of quality of LTC services” in second place, being given top priority for two thirds of the countries, followed by “Care co-ordination between health and LTC” in third place, perceived as a top priority for 52,4% of countries. One interesting result is that, on a scale of 1 to 5 in importance, the alternative “Encouraging informal care” was ranked as 5 for 27,8% countries and as 4 for 55,6% of countries. That further confirms the main concern is related to the cost of LTC overshadowing concerns with gender equality. This is relevant since the size of the informal LTC workforce is estimated to be at least twice as large as the formal LTC workforce, such as in Denmark, up to ten times as large in Canada, USA, the Netherlands and New Zealand. Most carers are women,

⁷ According to Barr (1998, p. 200), “The various incapacity benefits are redistributive to the extent that claims are more common among the lower paid.” That is, public LTC cover schemes promote vertical equity.

⁸ According to traditional microeconomic models, coinsurance is an incentive mechanism by which the insurer shares part of the cost of a healthcare claim with the insured to avoid overconsumption (BARR, 1998).

with the likelihood of the carer being female rising with the intensity of care. Because of the demographic projections discussed above, public LTC expenditure of OECD-EU countries as a share of GDP is projected to at least double and possibly triple by 2050 (COLOMBO et al, 2011). Projections depend on hypothesis on future health improvements, possible efficiency gains and the availability of family carers.

The LTC workforce is mainly comprised of women working part-time in most countries and represented about 1,3% of the total OECD workforce in 2010, amounting to undersupply in Spain, Austria, Canada, Finland and Italy⁹ (COLOMBO et al, 2011). According to a dynamic probit regression, the impact of care on labor force participation is only significant when individuals perform high-intensity care (at least 20 hours per week). In the Nordic countries, probably because of a more generous array of work-family balance policies, caregiving was not found to reduce working hours (according to a random effect tobit), while in countries of the liberal regime, medium ranges of care intensity (10 to 19 hours per week) were also found to decrease labor market attachment. However, a previous multinomial logit regression has found that the likelihood of non-employment compared to full-time employment is higher in Australia, the United Kingdom, United States for both genders. While in the overall European Union, only women were less likely to be in the labor market. Almost all countries have difficulty retaining LTC workers, which is expected to worsen as the demand for LTC increases unless wages grow in the sector¹⁰. For 23 countries with available data, about 70% of all users receive care at home. Despite this, most of the LTC spending originates in the institutions sector (COLOMBO et al, 2011).

LTC policies consist of either cash benefits or in-kind services, and most countries offer some sort of both. In Germany, in-cash benefits are set at a level equivalent to 50% of the cost of in-kind services, but most care recipients opt for the cash benefits (COLOMBO et al, 2011).

The array of different services for carers include: carers allowance; allowance for the person being cared for; tax credit; paid leave; unpaid leave; flexible work arrangements; training/education; respite care and counseling (COLOMBO et al., 2011). Training¹¹, respite care and counseling are not gendered measures and should be provided by all welfare states as it is important for both formal and informal carers to provide quality care, especially considering the higher rate of stress and mental illnesses reported by elderly carers. Tax credit is akin to a carer allowance, but it is not a common

⁹ In Italy, families are opting to hire migrants, often working informally, to perform LTC work. There is little control over the use of the cash benefit the elderly in need of care receive (COLOMBO et al., 2011).

¹⁰ The worry about providing negative incentives to work for informal carers is blatant in the OECD (COLOMBO et al., 2011) report, as it hopes to remunerate informal workers with cash benefits comparable with formal care workers average income, while hoping this income won't rise enough to provide negative incentives for family to continue formal work in other sectors.

¹¹ Quality oversight in the context of institutional care is the most common type of training policy (COLOMBO et al., 2011).

measure, only prominent in the welfare states of the liberal type (Canada and the United States, where it is means-tested). The main policies with gendered implications are, subsequently, allowance to the care giver versus the recipient, paid versus unpaid leave and flexible work arrangements, which are similar the work-family balance policies outlined before.

We argue the same findings the literature has for work-family balance policies for caring for children are valid for elderly care, since both populations share the trait of being dependent. Therefore, flextime is expected to enable carers to reconcile work and caring responsibilities without enhancing the caring gender role of women¹², enjoying the recommendation of the OECD (COLOMBO et al., 2011). Across the OECD, data from a 2004 survey shows part-time work is much more frequently used for maternal care than for other types of family care. Regardless, from a gender-sensitive standpoint, part-time work is not the preferred work-family balance measure as it hampers women's bargaining power vis-à-vis the husband (DOMINGUES, 2018). In terms of care leave, the literature points out that, when applied to children, paid leave with high replacement rates are critical to encouraging men to take it, because their wage is likely higher than the mother's wage and because of traditional gender norms (LEWIS, 2009). The same reasoning should apply in the elderly case scenario, whereby paid leaves not only are less familialistic, but also make for better work-family balance, as taking an unpaid leave from the labor market might not be possible for less well-off families.

The last type of policy for carers is the carer allowance versus the allowance to the care recipient – which is growing in popularity – who can then pay the caregiver a negotiated amount. The OECD (COLOMBO et al., 2011) supports the latter, on the grounds that it gives the person in need of care more freedom of choice¹³ and also to avoid increase competition between family members by monetizing their relations. However, it is important to note that family members do not have the same preferences, so that giving a cash benefit to the care recipient will likely result in a less autonomous caregiver and that the view that money tarnishes the care relationship helps to maintain gender inequality.

We now turn our attention to LTC conditions in Brazil. With the demographic trends shown, the share of women taking care of both small children and elderly parents, estimated at 3,65% in 2008, is predicted to increase (COLOMBO et al., 2011). In Brazil, four relevant public policies involving elderly care exist: the Family Health Program (*Programa Saúde da Família*) and the Institutions for

¹² According to the OECD (COLOMBO et al., 2011) report, there are not enough empirical studies on the use flexible hours to care for the elderly to ascertain its implications.

¹³ Indeed, a survey among users of cash benefits in the Netherlands, where there is little control over its use and the benefit varies based on an income assessment revealed great satisfaction (COLOMBO et al., 2011).

Long-Term Elderly Stay (*Instituições de Longa Permanência para Idosos*), day-care and community centers (SOUZA, 2018).

The first Program has home care as one of its objects, but it is focused on maternal care. Also, only 58% of households with at least one person aged 60 or over were visited. Almost half the households were visited once a month in 2013, the others were visited even less frequently, attesting to the fact that this Program does not provide sufficient elderly care, as their needs involve activities of daily living (ADL) (SOUZA, 2018). The Institutions are can be private or public, but the vast majority is philanthropic (65%), whereas only 5,2% were public in 2009. Those Institutions cover only around 1% of the elderly population and are concentrated in the richer regions of the country (Southeast and South), therefore, they have extremely limited and unequal coverage¹⁴. The day-care facilities are also very few, only 1345 in the country in 2016 (also concentrated in the Southeast). Lastly, the community centers enjoy greater coverage and public approval, with a total of 8454 around the country in 2016. However, they do not offer nursing care for those with ADL difficulties, they are focused on the well-being of healthy people in their *troisième age*, in tandem with a movement in Brazil to enjoy this phase of life (DEBERT, 2016).

Lastly, even though the country does not provide a carer or care recipient allowance, it is worthy of note that Brazil has a good social protection system for the elderly, comparatively with other countries in the region, there is little poverty among the elders. The *Benefício de Prestação Continuada*, by providing one minimal wage to the poor elderly, allows for the purchase of care through the market (SOUZA, 2018).

However, it is important to note how embedded in Brazil's legislation the principle of subsidiarity is regarding elderly care. According to Leitner (2003), the subsidiarity principle – according to which the state only intervenes with the family fails to provide care and the individual cannot for care for themselves – is generally present in elderly care even in Europe. However, there are constant reforms to the LTC care systems in OECD and a much larger array of services provided than in Brazil (COLOMBO et al., 2011). Also, in Brazil, the definition of subsidiarity is in the language of the laws guiding the care for the elderly (*Estatuto do Idoso, Política Nacional do Idoso*) and even in the Constitution (SOUZA, 2018; DEBERT, 2016). In this context, the Brazilian care system can only be classified as familialist, using Esping-Andersen's (1999) typology, or implicit familialist, using Leitner's (2003), which are the types with the least support for families and de-familialization (SOUZA, 2018).

¹⁴ There is evidence of low demand for those Institutions, as they are perceived as low-quality and even a risk to the elder's health (SOUZA, 2018). Indeed, a survey in the state of Rio de Janeiro found that the vast majority (86%) believes the elder should be cared by their family (GAMA; ROCHA; ROMERO, 2017).

4. Conclusion

Even though elderly care is gaining momentum in the social policy agenda, the figures here presented have shown how much protection varies between countries. The care work has a historic undervaluation problem, but the policy-makers seem to focus on financial sustainability of LTC systems while not necessarily improving family carers' work-family balance conditions enough. To reap all the positive economic outcomes of work-family balance policies, while guaranteeing large (regardless of the issues surrounding means-tests) coverage, in-kind LTC services should be prioritized over cash benefits.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, A. B. Gênero, reciprocidade e mercado no cuidado de idosos. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 27, n. 1, e45553, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000100200&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 jan. 2019. Epub: 10-Jan-2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n145553>.

BARR, L. *Insurance: Unemployment, sickness, and disability*. In: BARR, N. *Economics of the Welfare State*. 3rd ed. New York: Oxford University Press. 1998.

BATTHYÁNY, K. *Desafios para a organização da política de cuidados no Uruguai*. In: ARAÚJO, C.; GAMA, A. (Orgs). *Entre a casa e o trabalho*. Rio de Janeiro: ABE Graph Gráfica e Editora, 2017.

BENERÍA, L. Introducción. La mujer y el género en la economía : un panorama general. In: DE VILLOTA; ICARÍA; BARCELONA. *Macroeconomía y Género*. 2003.

BLOFIELD, Merike; MARTÍNEZ FRANZONI, Juliana. Maternalism, co-responsibility, and social equity: a typology of work–family policies. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, v. 22, n. 1, p. 38-59, 2015

BONOLI, G. The politics of the new social policies: Providing coverage against new social risks in mature welfare states. *Policy and Politics*, v. 33, n. 3, p. 431–449, 2005.

BORCHORST, A.; SIIM, B. The women- friendly welfare states revisited. *NORA - Nordic Journal of Feminist and Gender Research*, v. 10, n. 2, p. 90–98, 2002.

COLOMBO, F. et al. *Help Wanted? Providing and Paying for Long-Term Care*. OECD Health Policy Studies, OECD Publishing. 2011.

CUKROWSKA-TORZEWSKA, E. Cross-Country Evidence on Motherhood Employment and Wage Gaps: The Role of Work–Family Policies and Their Interaction. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, v. 24, n. 2, p. 178–220, 1 jun. 2017.

DEBERT, G. G. Políticas Públicas Diante do Envelhecimento no Brasil. In: ABREU, A. R. P; HIRATA, H; LOMBARDI, M. H. *Gênero e Trabalho no Brasil e na França*. Boitempo, 2016. 288p.

DOMINGUES, L. S. Políticas de conciliação trabalho-família no Brasil no século XXI: uma análise das condições em três dimensões. 2018. 60p. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ESPING-ANDERSEN, G. *The incomplete revolution: adapting to women's new roles*. Cambridge: Polity, 2009.

_____. *Social Foundations of Postindustrial Economies*. New York: Oxford University Press, 1999.

_____. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 1990. 248p.

FRASER, N. Contradictions of Capital and Care. *New Left Review*, v. 100, n. July Aug 2016, p. 99–117, 2016.

GAMA, A.; ROCHA, L.; ROMERO, K. *Percepções sobre o papel das políticas relacionadas ao trabalho e à vida familiar*. In: ARAÚJO, C.; GAMA, A. (Orgs). *Entre a casa e o trabalho*. Rio de Janeiro: ABE Graph Gráfica e Editora, 2017.

GUEDES, G. P. KERSTENEZKY, C. L. **Carência de Serviços Públicos de Cuidados aos Idosos no Brasil**: um Inibidor da Participação Feminina no Mercado de Trabalho. *Texto para Discussão nº 82*, CEDE. 2013.

IVERSEN, T.; WREN, A. Equality, Employment, and Budgetary Restraint: The Trilemma of the Service Economy. *World Politics*, v. 50, nº 4, 1998. p. 507-546.

KERSTENETZKY, C. L. Estará o futuro da Social Democracia nas mãos das mulheres? *RDRST*, v. 3, n. 1, p. 102–124, 2017.

_____. *O estado do bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 295p.

LEITNER, S. Varieties of familialism: the caring function of the family in comparative perspective. *European Societies*, v 5, n. 4, 2003, p. 353–375.

LEWIS, J. *Work-family Balance, Gender and Policy*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2009.

OLIVETTI, C.; PETRONGOLO, B. *The Economic Consequences of Family Policies: Lessons from a Century of Legislation in High-Income Countries*. IZA Institute of Labour Economics DP No. 10505. 2017. 45p.

SOUZA, L. P. *Normas de Gênero: Constrangimentos e Limitações na Atuação Econômica Feminina*. 2018. 131p. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Economia, Universidade Federal do Fluminense, Niterói, 2018.



A GUERRA REAL E O DEBATE SOBRE O FENÔMENO BÉLICO

**Pedro Henrique
Miranda Gomes**

Mestrando do Programa
de Pós Graduação em
Estudos Estratégicos da
Defesa e da Segurança /
PPGEST

E-mail:
crfpedro19@gmail.com

Resumo: O presente texto se desenvolve na área do conhecimento dos estudos estratégicos. Busca-se, nele, realizar uma análise dos principais conceitos desenvolvidos por Carl Clausewitz acerca da guerra, com especial atenção ao conceito de “guerra real”, bem como seu impacto no *mainstream* teórico na área, com o objetivo de verificar se tais conceitos permanecem eficazes como ferramenta de análise do fenômeno bélico no contexto atual. É lançado mão de observações empíricas estranhas a modelos dominantes, buscando verificar sua aplicabilidade. Resultados apontam para a ineficácia e limitação teórica da guerra clausewitziana, indicando a urgência da aplicação de uma nova ontologia da guerra que possa abranger os fenômenos característicos do século XXI.

Palavras-Chave: Estudos Estratégicos; Clausewitz; Guerra Real.

Abstract: The present text is developed in the field of strategic studies. It seeks to analyse the main concepts developed by Carl Clausewitz concerning war, with special regard to the concept of “real war”, as well as its impact to the theoretical mainstream of the field, with the objective to verify if such concepts remain useful as a tool of analysis of warfare in the contemporary context. We make use of empirical observations which are strange to dominant models, as a way of verifying its applicability. Results point out to the inefficacy and theoretical limitation of clausewitzian war, thus indicating the urgency to the use of a new ontology of war that might comprise the phenomena which are characteristic of the XXI century.

Keywords: Strategic Studies; Clausewitz; Real War.



1. Introdução

O pensamento de Carl Von Clausewitz acerca da guerra influenciou diretamente as teorias de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais. Até hoje é possível identificar em meio a estas áreas do conhecimento uma abordagem epistemológica dominante, alinhada com as disposições centrais do teórico prussiano, notoriamente em relação à centralidade do Estado na qualidade de condutor da guerra.

Este posto lhe caberia não apenas devido à sua maior capacidade organizacional e de gestão de recursos para a atividade bélica, mas também devido à sua maior racionalidade na instrumentalização da mesma. Isto fica claro na distinção realizada pelo autor entre guerras reais e guerras absolutas, implicando que as guerras reais, racionais e coordenadas pela *raison d'État*, seriam inerentes ao Estado, enquanto guerras absolutas seriam movidas por paixões, pela irracionalidade, e, então, se distanciariam da essência estatal (CLAUSEWITZ, 1989).

Vale mencionar, contudo, que Clausewitz deu centralidade a um tipo muito particular de guerra, a interestatal, devido à relevância que a mesma teve em sua vida e no sistema internacional da época. Desde então, viu-se um aperfeiçoamento da guerra descrita por Clausewitz, com a industrialização da guerra e da morte, sobretudo na Guerra Franco-Prussiana e nas Guerras Mundiais. A partir de então, não mais são suficientes para explicar os padrões de violência presentes da segunda metade do século XX até os dias de hoje.

O sistema internacional foi progressivamente alterado, não apenas em estrutura mas também na natureza de atores, agendas e canais de interação (KEOHANE; NYE, 2012). A presença constante de guerras assimétricas, seu efeito na opinião pública mesmo de potências centrais, além da sua capacidade bélica tornam inegável a necessidade de uma expansão no conhecimento tradicional acerca da guerra. O mesmo pode ser dito frente a desafios mais contemporâneos, como o narcotráfico e o terrorismo, para os quais teorias clássicas são extremamente inadequadas.

Essa inadequação indica a urgência, dentro da área, de se rediscutir os seus conceitos mais caros, a começar pela própria definição de guerra, seus elementos e a sua natureza na atualidade, de modo a prover a comunidade epistêmica dos Estudos Estratégicos com conceitos mais aplicáveis. Partindo-se desta justificativa, este artigo tem como objetivo analisar o pensamento de Clausewitz, particularmente das suas noções de guerra absoluta e guerra real, de modo a demonstrar, a partir de casos selecionados, como essas noções são insuficientes para lidar com questões contemporâneas. Em seguida, mencionam-se soluções teóricas alternativas para a adequação das áreas abordadas.

A metodologia adotada será qualitativa. Recorreremos, portanto, às origens filosóficas da obra de Clausewitz, e à sua posterior reciclagem na teoria de estudos estratégicos e de relações internacionais. Nesse sentido, entendemos que o elemento filosófico que perpassa todos os expoentes desta abordagem tradicional de estudos ligados à guerra é de matriz contratualista, originário no século XVII, mas influente nas teorias da área até hoje. Será proposta, então, uma ampliação do entendimento do fenômeno da guerra, na qual a fronteira entre as noções de guerra absoluta e real seria apagada.

Portanto, após esta introdução, o artigo contará com 3 seções e uma adicional para considerações finais. Na primeira, serão descritos os principais elementos do entendimento clausewitziano de guerra e, em seguida, uma análise de suas origens filosóficas e abrangência dentro da área até os dias de hoje. A seção seguinte ensaia propostas a serem levadas em consideração de modo a adequar o conceito tradicional de guerra no meio acadêmico. Em seguida, a terceira seção discorre sobre elementos do sistema internacional contemporâneo que evidenciam a ineficácia da visão tradicional de guerra. Finalmente, algumas considerações finais serão tecidas, com atenção especial para as lições que nosso continente pode tirar do debate proposto.

2. A “guerra real” como ode ao Estado

2.1. Guerra Real e Guerra Absoluta

Em sua obra central, “Da Guerra”, Clausewitz (1989) busca sistematizar os conhecimentos acerca do fenômeno bélico de maneira a compreender seus elementos perenes, ou seja, aqueles que não são alterados ou suprimidos em função do tempo e do espaço. Propõe, portanto, uma definição ampla, porém precisa, da guerra: “um ato de força destinado a obrigar um inimigo a realizar a nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 1989, p. 15, *tradução nossa*⁵²), frisando que este ato deve, necessariamente ser um embate, ou seja, deve suscitar uma resistência, visto que “ausência total de resistência não poderia ser uma guerra” (idem, p. 16, *tradução nossa*⁵³).

Apesar de sua definição ampla, o resto da obra do autor prussiano tem como objetivo propor a maior racionalidade e civilidade de um tipo de guerra frente à irracionalidade e barbárie de outro. Todas as guerras seriam motivadas por elementos inerentemente políticos, no sentido do embate e administração de interesses de coletividades, contudo, a centralidade do elemento político tenderia a variar, de acordo com as motivações que diferenciam os dois

⁵² War is thus an act of force to compel our enemy to do our will.

⁵³ total nonresistance would be no war at all.

tipos de guerra. Haveria dois motivos possíveis de causar o embate entre grupos humanos: sentimentos hostis e intenções hostis. Para Clausewitz, a guerra é inerentemente um ato político uma vez que tem sempre como força motriz a intenção hostil, por mais que esta intenção venha acompanhada de sentimentos e, a seu ver, irracionalidade. Desta forma,

mesmo a mais selvagem, quase instintiva, paixão de ódio não pode ser concebida como existindo sem intenção hostil, mas intenções hostis são frequentemente desacompanhadas de qualquer tipo de sentimento hostil – pelo menos nenhum que predomine (CLAUSEWITZ, 1989, p.14, *tradução nossa*⁵⁴).

Neste raciocínio, Clausewitz (1989) concebe dois tipos de guerra: uma absoluta e uma real. Ambas dispõem de um objeto político – um motivo originário da guerra – que determina o objetivo militar a ser alcançado e a quantidade de esforço que este objetivo requer (idem). Por um lado, a guerra absoluta seria uma guerra a todo custo, na qual o objetivo político seria a de desarmar por completo – ou em última instância, destruir – o inimigo, utilizando todo o esforço disponível para tal. Este tipo de guerra, excessivamente violenta, teria uma relação direta com o elemento irracional, passional, dos sentimentos hostis como motivadores.

A guerra real, pelo contrário, mobiliza uma quantidade de esforço limitada em busca de um objetivo bem destacado e igualmente limitado. Seria uma guerra controlada e racional, motivada por intenções hostis que não seriam, em um tipo-ideal, acompanhadas por sentimentos hostis. Ao criar essa classificação para tipos de guerras, Clausewitz acaba adotando implicitamente uma lógica segundo a qual o Estado seria um elemento moderador da violência, uma vez que seria dotado de maior racionalidade organizacional para tal.

Por certo, o autor entende que mesmo guerras iniciadas por objetivos racionais e objetivos podem ser amplificadas até a beira da violência absoluta: o objeto político define a quantidade de esforço que se está disposto a ser aplicado na imposição pela força a um inimigo, a partir do cálculo das capacidades materiais e da vontade deste. Devido à incapacidade de medi-los com precisão, é possível que seja aplicada força máxima, ao que haverá resistência à medida, levando uma eventual guerra aos extremos (CLAUSEWITZ, 1989). Entretanto, em sua obra fica clara a crença em uma tendência menor de envolvimento de paixões, logo, uma tendência menor de destruição em guerras interestatais:

Se guerras entre nações civilizadas são bem menos cruéis e destrutivas que guerras entre selvagens, a razão repousa nas condições sociais dos Estados em si e nas suas relações uns com os outros. Essas são as forças que dão surgimento à guerra; as

⁵⁴ Even the most savage, almost instinctive, passion of hatred cannot be conceived as existing without hostile intent; but hostile intentions are often unaccompanied by any sort of hostile feelings—at least by none that predominate.

mesmas forças que a circunscrevem e moderam. (CLAUSEWITZ, 1989, p. 14, *tradução nossa*⁵⁵)

As forças e condições sociais às quais se refere Clausewitz são a capacidade organizacional dos Estados que, através dos seus sistemas de representação de interesses, submetem as decisões de suas relações com o exterior (assim como todas as outras decisões) à política. A guerra entre Estados, diferentemente da guerra entre selvagens, não seria travada, em geral, devido ao ódio mútuo, mas sim devido a interesses pontuais e racionais, os quais, para serem alcançados, não requerem a destruição por completo do inimigo, mas apenas a sua sujeição, uma vez superados os custos aceitáveis para a sua resistência.

Dizer que as guerras entre Estados são derivadas da política não significa que os elementos passionais não estejam presentes mesmo neste tipo de guerra. Entretanto, eles são restritos à parte da sociedade diretamente envolvida no combate, uma vez que sem o sentimento hostil não se pode travar eficientemente o embate violento. O que deriva da política, ou seja, das decisões de governo, são os rumos gerais da guerra, e suas decisões e objetivos. A guerra poderia ser, portanto, representada em três figuras: a do soldado, em relacionamento direto com as paixões e sentimentos hostis do fenômeno bélico; a do general, cujo talento e coragem o guiam decisões mais imediatas, submetidas à probabilidade e à sorte; e a do político ou do governo, que determina os objetivos políticos e o esforço necessário para alcançá-los (CLAUSEWITZ, 1989).

É a partir desta terceira imagem que se alcança a célebre conclusão de que “a guerra é meramente a continuação da política por outros meios” (CLAUSEWITZ, 1989, p. 28, *tradução nossa*⁵⁶). Ou seja, as guerras reais, imbuídas da racionalidade traduzida na vontade política, seriam realizadas *pelo* Estado, como um instrumento político contra um inimigo externo, ou seja, outro Estado.

A frase não deve ser confundida, ainda, com uma abordagem mais contemporânea dos estudos estratégicos, segundo a qual, conforme será visto adiante, guerras surgem não apenas em consequência da ação política, mas são uma forma da expressão desta. Sem ser limitada por fronteiras artificiais entre ambiente doméstico e externo, mas sim capilarizada em uma disposição transnacional, e, em última instância, alcançando o nível individual.

Já a guerra clausewitziana ideal não é transnacional. Ela surge no interior do Estado, a partir da figura da liderança política, e se projeta para fora em um esforço determinado puramente por meios institucionais. Nessa configuração, os participantes da guerra, suas

⁵⁵ If wars between civilized nations are far less cruel and destructive than wars between savages, the reason lies in the social conditions of the states themselves and in their relationships to one another. These are the forces that give rise to war; the same forces circumscribe and moderate it.

⁵⁶ War is Merely the Continuation of Policy by Other Means.

motivações e objetivos particulares, não se sobrepõem e combinam, mas são apagados, tendo como resultado um Estado opaco, semelhante a uma caixa preta.

2.2. As Origens e as Reverberações do Pensamento de Clausewitz

Das considerações abordadas no item anterior desprendem-se algumas conclusões que ajudaram a moldar o paradigma teórico da área tal como é hoje. Teorias de estudos estratégicos e relações internacionais adotaram a descrição de Clausewitz da guerra, e seguiram utilizando sua abordagem epistemológica para interpretar o Estado. Essa consolidação teórica se dá em meio ao consenso frente uma série de conceitos caros à área:

Primeiramente, a palavra estratégia deriva seu significado do grego, ligado à figura do general e, portanto, à guerra. Segundo a definição de Ayson (2008), Estudos Estratégicos estariam, portanto, ligados às origens políticas, aplicações e implicações da violência organizada em tempos de paz e de guerra. Por mais que a guerra já fosse organizada e travada por diferentes modalidades de agrupamentos políticos, que vão desde cidades-Estado, impérios e tribos, a sistematização de conhecimentos ligada à atividade da guerra e sua transformação em área do conhecimento científico se dá em um contexto ligado à hegemonia dos Estados modernos sobre outras formas de organização. Contexto este o mesmo em que se insere a obra Clausewitz.

Nesta configuração, conceitos essenciais como o de poder em sua acepção weberiana - ou seja, “toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências” (WEBER, 1999, v.1, p.33) - são adaptados por cientistas políticos para explicarem de forma limitada as relações políticas que permeiam a sociedade. Isso afeta diretamente o nosso entendimento de política e nos leva a uma naturalização de interpretações estadocêntricas da guerra.

Como consequência, o poder passa a ser visto, em abordagens tradicionais, como um bem que se possui ou do qual é desprovido; que se pode obter ou perder (FOUCAULT, 2005). Aquele que mais consegue impor a sua vontade é aquele que mais possui este bem, que é o poder. Isso tem implicações teóricas importantes, fortalecendo análises estruturais, logo, fortalecendo a centralidade do Estado e das suas lideranças políticas. A imagem descrita é a de um poder que emana do Estado e de um entendimento de política como relações necessariamente internas ao ambiente estatal.

As origens filosóficas para tal acepção se encontra no contratualismo, cujas bases partem da ideia de que a autoridade governamental, seja dinástica, seja republicana, é resultado da transferência do poder e da liberdade do indivíduo a um governante, ou grupo de

governantes, motivado pelos constrangimentos da vida no estado de natureza, de liberdade absoluta. O que motivaria os indivíduos a abandonarem o estado de natureza poderia ser o medo da morte violenta (HOBBS, 2003), a dificuldade da resolução de controvérsias entre indivíduos que julgariam sempre por si mesmos (LOCKE, 1998) ou a razão (KANT, 2003). Assim, surge uma visão, que se mantém até hoje nos textos da área, de um processo pacífico e racional no surgimento do Estado. Esta é a visão que se reproduz na obra de Clausewitz em meio à separação entre guerra absoluta e guerra real, visto que a guerra real, controlada e submetida a uma racionalidade bem definida, só poderia ser realizada por Estados, enquanto fenômenos que se aproximem da destrutiva guerra absoluta é realizada por sociedades com instituições teoricamente menos sofisticadas.

Vale ainda notar que, ao nos referirmos a Estado, adotamos a definição clássica formulada por Weber (1993), ou seja:

um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar, nos limites de um território, a violência física legítima como instrumento de domínio e que, tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão (WEBER, 1993, p. 62).

Se, na área das relações internacionais, autores tradicionais norte-americanos são conhecidos pelo automatismo com o qual adotam as premissas clausewitzianas (MORGENTHAU, 2003; WALTZ, 2002; KEOHANE; NYE, 2012), o mesmo pode ser detectado na obra de Raymond Aron, apesar da maior abertura deste autor para dialogar com a sociologia em suas análises de política internacional. Vejamos o seguinte trecho de “Paz e Guerra entre as Nações”:

A escalada aos extremos, a aproximação das guerras reais ao modelo da guerra absoluta torna-se mais provável à medida que a violência escapa à direção do chefe do Estado. A política parece desaparecer quando se adota como fim único a destruição do inimigo. Contudo, mesmo neste caso, a guerra assume uma forma que resulta da vontade política. Seja a política visível ou não na ação guerreira, esta é sempre dominada pela política (definida como “a personificação da inteligência do Estado”). É ainda a política, isto é, a consideração global de todas as circunstâncias pelos estadistas, que decide - com ou sem razão- estabelecer como objetivo exclusivo a destruição das forças armadas do inimigo (ARON, 1979, p. 71-72).

Aqui novamente está posta, dessa vez de forma mais aberta, a ideia de que a violência tende a ser escalada sempre que foge do controle da liderança do Estado. Contudo, em seguida aponta-se para a possibilidade do próprio montar as bases para essa guerra destrutiva, definindo como objetivo político a destruição do adversário. Este paradoxo se faz compreensível apenas ao levarmos em conta este entendimento limitado de política, que Aron expõe em seguida, como sendo “a personificação da inteligência do Estado” e a “consideração de todas as circunstâncias pelos Estadistas”.

Nesta tradição teórica, fica claro que a política não é sequer considerada para além de sua definição estrutural, e, particularmente, de sua configuração estatal. O próprio Aron (1979) exprime abertamente esta interpretação, ao afirmar que o centro das relações internacionais seriam as relações entre Estados, e que estas se restringiriam a 2 modelos de interação, que podem ser expressas nas figuras do diplomata e do soldado, ou seja, em interações de cooperação e conflito. A escolha das imagens, ainda, como integrantes de corporações pertencentes ao Estado e dirigidas por ele, restringe a análise da política internacional, que não pode ser vista em suas várias camadas, interiores ao Estado, ou mesmo atravessando as fronteiras estatais.

Na área dos estudos estratégicos, o mainstream teórico adota premissas semelhantes, e apresenta as mesmas limitações, muito devido ao seu desenvolvimento histórico. Conforme Figueiredo (2010) nos informa, o primeiro esforço de entendimento do objeto da área foi feita por militares em meio à revolução industrial, já buscando sistematizar um conhecimento a respeito da arte da guerra aplicada por exércitos profissionais, inerentes aos Estados. No início do desenvolvimento dos EE como disciplina acadêmica, após a segunda guerra, a expressão “Estudos Estratégicos”, passou, paulatinamente, a designar conjunto de análises e investigações voltadas para a compreensão do papel da força militar no sistema internacional.

Este foco especial no Estado como ator central do SI e, logo, como a entidade mais capaz de realizar a guerra, acabou levando a bibliografia especializada a área a uma naturalização do papel deste ator como se fosse o único atuante no sistema, ao invés de apenas um entre outros⁵⁷. Isso fica claro na definição dada por Figueiredo (2010) para estratégia, segundo a qual, no sentido amplo, se referiria ao poder militar na política internacional em face aos meios econômicos, políticos e diplomáticos (ainda que não apenas estes), *tendo em vista a consecução dos objetivos do Estado*.

3. Uma nova ontologia da guerra

Rodrigues (2015) propõe uma alternativa às abordagens teóricas tradicionais descritas acima, lançando mão, sobretudo, da obra de Michel Foucault para pensar os Estudos Estratégicos, as Relações Internacionais e a guerra com ferramentas mais adequadas para

⁵⁷ Vale notar que, mesmo em sua origem, o Estado moderno não era a única alternativa de modelo de organização social, mas sim concorria com outras estruturas, como cidades-Estado e ligas de Estados, como aponta Spruyt (1994).

analisar fenômenos atuais. Essa alternativa pode ser entendida como uma analítica agônica da política e da guerra. Esta perspectiva altera os entendimentos referentes aos conceitos abordados anteriormente.

Se tomamos o poder puramente por seu sentido weberiano, de capacidade de impor sua vontade, levando outrem a agir de forma contrária à que agiria normalmente, não seria nenhum contrassenso afirmar que (1) o poder é necessariamente relacional, surgido das relações entre indivíduos; e (2) não se manifesta apenas de forma estrutural, a partir da organização de mando intencionado e obediência consciente, entre soberanos e seus súditos, por exemplo, mas também se concretiza de forma difusa, levando-se em conta prestígio, visões de mundo, noções de verdade e de certo e errado. A perspectiva agônica concentra-se sobre a segunda forma de aplicação do poder.

Foucault (2005), ao buscar entender como se dá a modelação de subjetividades (ou essência, personalidade, de um sujeito/indivíduo), define as relações de poder como *agônicas* (RODRIGUES, 2015). A classificação deriva do termo grego “ágon”, que diz respeito ao combate entre opositores através de uma estratégia de reação e injúria mútua, sem a intenção de morte ou sujeição duradoura do “derrotado”. Este combate não seria marcado pelo enfrentamento máximo entre soldados, senão a fricção cotidiana entre vontades, propósitos e posições políticas distintas (RODRIGUES, 2015). Este termo se diferencia do outro termo grego “polemós”, que diz respeito à guerra no sentido de choque entre grandes forças militares organizadas sob uma hierarquia advinda da racionalidade política da polis (RODRIGUES, 2015).

A ideia de agonismo nos fornece um insumo útil para se pensar o Estado e a guerra. Por um lado, a política passa a ser entendida, sob o prisma agônico, de forma mais ampla, sendo o resultado de todas as relações de poder, estruturais e difusas, e não como algo necessariamente irradiando do Estado. Como aponta Proudhon (1998) o conflito é constante ainda que em meio à paz civil, em diferentes esferas da vida cotidiana, em ambientes onde a fricção deve ser resolvida através de acordos sem a participação do Estado. A metáfora de um estado de natureza, onde não existiria a política, deixa de ser viável, então. Ainda que na mais pura ausência de governo, a relação entre indivíduos é marcada por relações de poder, sejam elas a pura aplicação bruta da força, ou através do convencimento.

Este convencimento, ainda, não precisa ser intencional ou racional. Em Foucault (2005), o poder opera em um dos vértices de um triângulo de elementos indissociáveis entre si que ainda é composto pela subjetivação – ou seja, criação do sujeito, da personalidade – e pela veridicção – que diz respeito à criação de verdades, ou seja, a legitimação ou não de

saberes. A cultura, a reprodução de normas sociais e a transmissão de pretensas verdades exerce pressão sobre o indivíduo que sofre uma imposição do seu meio, vindo de todos os lados, como em um *pan-óptico* (FOUCAULT, 2007), e resiste a esta imposição, em uma relação social difusa que é composta, em vários graus de aquiescência e de resistência.

Não havendo, portanto, uma diferença objetiva entre estado de natureza e sociedade civil no que diz respeito à política e à aplicação de poder, cabe então analisar a fluidez entre os ambientes doméstico e externo. A proposta da analítica agônica é de superação do mito da paz civil, ou seja, da noção de que a paz é estabelecida naturalmente a partir do surgimento do Estado. Pelo contrário, a formação dos Estados modernos se deu em meio à violência sistematizada, a guerra, e a violência não cessa com a sua consolidação, mas pelo contrário, passa a ser exercida, sobretudo, pelo Estado, que torna criminoso, impopular e imprático para cidadãos possuírem armas, logo, possuírem meios de resistência violenta (TILLY, 1996).

Isso porque, partindo-se da reflexão de Maquiavel (2014), que aponta que todo príncipe deve buscar ser temido e amado, mas na urgência da escolha entre ambos, deve escolher ser temido, toda forma de governo opera na base dupla de coerção e convencimento, mas a coerção é sempre a forma mais imediata de imposição, que deve ser suavizada pelo convencimento e a aceitação. Forçosamente o mesmo se dá em relação ao Estado, que deve coagir seus sujeitos a um ordenamento político que lhes é imposto, mas sempre em busca de legitimação. Imposição esta que é realizada com o uso da força, o que conduz Proudhon (1998, p.79) à reflexão de que “enquanto dure a paz, ela se exerce por meio do manejo das armas, ela é feita como uma pequena guerra [*pétite guerre*]”.

Portanto, o Estado opera em uma lógica parecida com a de uma máfia (TILLY, 1996), ou seja, cobra tributos para promover a segurança e a estabilização das posses utilizando da violência, porém sempre buscando legitimidade. Foucault (2007) aponta, ainda, que à construção da separação entre ambientes interno e externo do Estado no que diz respeito à guerra é recente, uma vez que a criação de forças policiais não se deu junto com a criação do Estado, de modo que a função de policiamento era realizada, inicialmente, por forças armadas, sem distinção entre dentro e fora.

Uma vez tendo-se em conta que o poder não irradia do Estado, amplia-se o leque de interações possíveis de serem relacionadas com o fenômeno de “guerra”, ainda que se mantenha a definição clausewitziana tradicional. Se a guerra é “um ato de força destinado a obrigar um inimigo a realizar a nossa vontade”, e entendemos a força inerentemente como uso da violência, ocorre uma complexificação das correlações passíveis de serem entendidas sob o termo. Mais do que puramente o embate entre forças armadas instrumentalizadas pelo Estado

para a consecução de um objetivo institucional, é possível que ocorra a aplicação da violência com objetivos políticos dentro, fora e entre as fronteiras dos Estados, ainda que sem a intenção ou mesmo a ciência das lideranças políticas institucionais. É no sentido de observar a realização prática desse tipo de guerra que introduzimos a seção 3 deste artigo.

4. Os novos temas globais

O status de paradigma é concedido à teoria que adquirir, quando confrontada pela realidade, a maior capacidade explicativa e de previsão (KHUN, 1962). Portanto, uma teoria geral da guerra deve, necessariamente, ser capaz de compreender, de uma forma ou de outra, todos os eventos de enfrentamento bélico organizado pelo gênero humano, independentemente de espaço geográfico ou período histórico, de modo que o próprio Clausewitz buscava identificar os elementos permanentes da guerra e entender como funcionavam (PARET, 1986). Isso se revela uma tarefa extremamente complexa quando se leva em conta a infinidade de variáveis em termos de motivações, grau tecnológico, grau de complexidade de organização política, números, entre outros. A única saída, então, é a de recuperar os elementos comuns e perenes em todas as experiências ligadas à guerra, tornando a teoria ampla o suficiente para se adaptar a todos os casos.

Como foi visto, as abordagens tradicionais, clausewitzianas, de estudos estratégicos e relações internacionais são claramente limitadas no que diz respeito à natureza do poder, da política e da guerra. Esta seção tem como objetivo, portanto, realizar a análise de ambientes nos quais tais abordagens não dispõem de ferramentas adequadas para a compreensão do fenômeno bélico.

A necessidade da expansão do entendimento da guerra se torna mais claro em meio a um contexto de globalização, processo no qual as fronteiras se tornam progressivamente mais porosas. Se pela maior parte do século XX o tema da guerra interestatal tradicional esteve incontestavelmente no centro dos principais debates teóricos da área – ainda que já houvesse indicações de que essa preocupação era insuficiente, dada a presença constante de guerras não convencionais⁵⁸, no Vietnã e no Afeganistão, por exemplo – as últimas três décadas apontaram para questões novas com as quais os atores tradicionais do sistema internacional, os Estados, terão de lidar.

O fenômeno de aplicação de poder para além das fronteiras nacionais e mesmo as ignorando por completo, que se manifesta cada vez mais no contexto global atual, dialoga

⁵⁸ Aqui, entendemos guerra não convencional como aquelas que envolvem, por uma das partes, estratégias cujo objetivo imediato é o de obter controle sobre um Estado não ao derrotar suas forças armadas no campo de batalha, mas sim obtendo controle sobre sua população civil, recorrendo-se à guerrilha (Lindsay, 1962).

com o conceito de transterritorialidade, de Passetti (2007): fenômenos que não respeitam os limites nacionais, não buscam a construção de Estados no sentido westfaliano e se disseminam não a partir de um centro de comando, mas pela aplicação por grupos locais de um programa de ação que os inspira. Essas percepções contemporâneas, mais difusas, da aplicação do poder, permitem a ascensão de novos grupos que entram em conflito direto com os Estados em aspectos não tradicionais ao arcabouço teórico de relações internacionais e estudos estratégicos, como aponta Rodrigues.

é importante notar que a dimensão transterritorial desponta no final do século XX não só no campo dos conflitos, como também no da política, da economia, das formas de cooperação e de resistências. Nessa política planetarizada, Estados são atravessados e afetados por grupos não estatais conflituosos, resistentes, interessados em lucratividades legais e ilegais; e se anunciam novas estratégias para governar coisas, pessoas, produtos, fluxos: novas práticas de governo do planeta. Essas novas práticas são produzidas com atenção ao despontar de novos temas globais (2012, p. 130).

5. Considerações finais: a relevância para a América Latina

Esses novos temas não podem ser abordados em uma lógica do século XX, da mesma forma que o entendimento de “guerra” não pode permanecer o mesmo. Agentes tais como grupos armados ligados ao terrorismo islâmico internacional ou ao tráfico de ilícitos não podem ser combatidos como se fossem uma questão de política interna. Fazem-se necessárias ações de cunho transnacional, uma vez que essas atividades se concretizam, simultaneamente, de maneira interna e internacional. Esses dois grupos, característicos da configuração política global contemporânea, possuem rituais, estruturas e motivações ao todo distintas – sendo o narcotráfico motivado por uma lógica econômica, e o terrorismo islâmico por uma lógica identitária e religiosa – mas ambos operam de forma similar, ignorando fronteiras formais. Ademais, ambos são capazes de operar a guerra, esta entendida fora dos moldes tradicionais.

Portanto, ambos, ao tomarem em armas e utilizarem da violência contra outro grupo – institucionalizado (estatal) ou não – com uma motivação política, seja esta ligada ao interesse econômico, territorial ou identitário, estão exercendo a guerra. Isso inclui tanto o confronto entre grupos narcotraficantes, entre estes e o Estado e ataques autônomos a alvos individuais por células terroristas.

Um entendimento mais contemporâneo do fenômeno da guerra se faz particularmente relevante na América Latina, onde os Estados se veem imersos em um esforço contínuo contra o crime organizado, gerando uma ambiguidade na definição de papéis das forças armadas e nas forças de segurança interna. Na América do Sul, particularmente, que tem uma incidência baixa de guerras interestatais, os papéis se confundem, de modo que as Forças Armadas acabam por desempenhar funções de segurança interna (no Brasil isso fica claro

com o uso frequente de GLO⁵⁹), enquanto há um movimento simultâneo de militarização das polícias, com as guarnições militares dividindo historicamente suas atribuições com a estas (SOUZA, 2012).

Uma nova ontologia da guerra pode ser útil para que se entenda mais claramente a natureza deste fenômeno, bem como traçar os caminhos mais adequados para a sua solução. Desta forma, analistas das áreas mencionadas podem estar mais bem equipados para auxiliar a formação de políticas públicas e no sentido de adequação das instituições governamentais e internacionais para melhor lidar com os desafios contemporâneos.

⁵⁹ Operações de Garantia da Lei e da Ordem (ou GLO) são mecanismos previstos na constituição federal para a utilização das forças armadas por ordem expressa do presidente da república em casos em que há um esgotamento das forças tradicionais de segurança pública (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020).

Referências bibliográficas

- ARON, R. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Universidade de Brasília, 1979.
- AYSON, R. Strategic Studies. In: REUS-SMIT, C. et al. *The Oxford Handbook of International Relations*. New York: Oxford University Press, 2008.
- CLAUSEWITZ, C. *On War*. Tradução de Michael Howard e Peter Paret. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- FIGUEIREDO, E. L. “Os Estudos Estratégicos, a Defesa Nacional e a Segurança Internacional” in Lessa, Renato (organizador). *Horizontes das Ciências Sociais, a Ciência Política*, Petrópolis, Vozes, 2010.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975- 1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- HOBBS, T. *Leviatã ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil*. Tradução de Rosina D’Angina, São Paulo: M. Claret, 2012.
- KANT, I. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KEOHANE, R; NYE, J. *Power and Interdependence*, 4ª ed. Londres: Pearson, 2012.
- KHUN, T. S. The Structure of Scientific Revolutions. *International Encyclopedia of United Science*, Volume 2, Number 2, 1962.
- LINDSAY, F. A. Unconventional Warfare. *Foreign Affairs*, January 1962.
- LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Rio de Janeiro: EIJ, 2ª Ed, 2014.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. *Garantia da Lei e da Ordem*. Disponível em:<<https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>>. Acesso em: 05 jan. 2020.
- MORGENTHAU, H. J. *A Política Entre As Nações: a luta pelo poder e pela paz* . Brasília: Edunb, 2003.
- PARET, P. Clausewitz. In: PARET, Peter (org). *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton: Princeton University Press, 1986.
- PASSETTI, E. *Anarquismo urgente* . Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.
- PROUDHON, P.J. *La Guerre et la Paix* . Tome I. Antony: Édition Tops/H. Trinquier, 1998.
- RODRIGUES, T. *Relações Internacionais*. Florianópolis: UFSC, 2012.

_____. *Política y Guerra: Apuntes para una Analítica Agónica de los Estudios Estratégicos*. *Rev. Bra. Est. Def.* v. 2, nº 2, jul./dez. 2015.

SPRUYT, H. *The Sovereign State and Its Competitors*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

TILLY, Cs. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: EDUSP, 1996.

WALTZ, K. N. *Teoria Das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.

WEBER, M. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1993.

_____. 1999. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB. 2 v.

SOUZA, L. A. F. Novas dimensões da militarização da segurança pública no Brasil. In: Encontro Anual da ANPOCS, 36., 2012. *Anais*. Águas de Lindoia, 2012.



“NA VERDADE, EU SOBREVIVI”: A HOMOSSEXUALIDADE NO EXÉRCITO BRASILEIRO

**José Fontenele Brito
Júnior**

Bacharel em Relações
Internacionais pelo
Instituto de Estudos
Estratégicos da Defesa
e da Segurança
(INEST-UFF).
Assistente de
mobilidade
internacional na
Assessoria para
Assuntos
Internacionais na
Universidade de
Fortaleza (Unifor).
E-mail:
jfbjunior@id.uff.br

Resumo: A participação de homossexuais dentro dos ambientes militares, mesmo sendo um tema presente há muito tempo dentro das Forças Armadas, ainda é pouquíssimo discutido por um viés queer, ou seja, por pessoas que estão fora dos padrões heteronormativos, por isso a necessidade desta pesquisa. Por meio de literatura já produzida sobre gênero e sobre a presença de homossexuais na sociedade, por um viés histórico, social e político, além de uma entrevista feita com um Coronel da reserva do Exército Brasileiro, que se identifica como homossexual, buscou-se provar que as instituições militares ainda perpetuam um ethos que persegue e pune indivíduos homossexuais por suas sexualidades. Depois de realizada a pesquisa, verificou-se que as Forças Armadas são ainda instituições em que o preconceito contra homens gays está presente no seu ethos através de perseguições e punições a esses indivíduos. Desse modo, este trabalho não se torna apenas importante como necessária para dar visibilidade e denunciar as experiências de abuso que homossexuais vivem para proteger seu próprio Estado.

Palavras-chave: Homossexualidade; Forças Armadas; Gênero.

Abstract: The participation of homosexuals within the military environment, even though it has been a long-standing issue within the Military Forces, is still very little discussed by a queer bias, that is, by people who are outside heteronormative standards, hence the need for this research. Through literature already produced on gender and on the presence of homosexuals in society, from a historical, social and political perspective, in addition to an interview with a Colonel from the Brazilian Army reserve, who identifies himself as homosexual, we tried to prove that military institutions still perpetuate an ethos that persecutes and punishes homosexual individuals for their sexualities. After conducting the research, it was found that the Military Forces are still institutions in which prejudice against gay men is present in their ethos through persecution and punishment of these individuals. In this way, this work is not only important but necessary to give visibility and denounce the experiences of abuse that homosexuals live to protect their own State.

Keywords: Homosexuality; Military Forces; Gender.



1. Introdução

É sabido que o conhecimento público da homossexualidade de algum militar sempre foi e ainda é motivo de tabu e discriminação dentro das Forças Armadas, instituições estas majoritariamente compostas pelo sexo masculino ao longo da história que apresentam um *ethos*, ou seja, uma série de tradições, costumes, comportamentos e cultura enraizado nas características da masculinidade hegemônica. Esta masculinidade, segundo Helena Carreiras (CARREIRAS, 2006, p. 27), é aquela baseada nas características sociais que o sexo masculino foi incorporando ao longo do tempo, como por exemplo, monopólio da força física, o impedimento de demonstrar seus sentimentos abertamente, a percepção de superioridade em relação ao gênero feminino e a outras minorias políticas, dentre outras características.

A discussão parte do seguinte questionamento: A homossexualidade é motivo para que militares sofram cerceamento, perseguições e punições dentro das Forças Armadas? De acordo com a hipótese que se pretende ser verificada aqui, sim. O militar sofre cerceamento, perseguições e punições dentro das Forças Armadas por conta da sua homossexualidade, seja ela dita abertamente ou mesmo escondida. Muitas vezes, essas perseguições não são feitas abertamente, elas se camuflam em punições que qualquer militar poderia sofrer, mas somente aquele que é homossexual entende o real motivo de estar sofrendo esses abusos. Para se provar essa hipótese, foram utilizadas duas metodologias qualitativas, a primeira foi a análise de literatura especializada em gênero nas Forças Armadas, *ethos* militar e nos estudos da homossexualidade por um viés social, político e histórico, e a segunda foi uma entrevista com um oficial da reserva do Exército Brasileiro.

Sendo assim, optou-se por dividir o trabalho em dois tópicos. O primeiro tem como objetivo fazer uma discussão sobre as Forças Armadas a partir de uma perspectiva *queer*, neste tópico será discutido como a homossexualidade foi se inserindo no debate público e como ela é tratada dentro das instituições militares, seu histórico e desafios. Por fim, o segundo tópico tem como objetivo fazer uma análise daquilo que foi desenvolvido ao decorrer do trabalho a partir do relato de um Coronel da reserva do Exército Brasileiro que se identifica como homossexual. Deseja-se observar o *ethos* militar a partir da década de 1980 e como este sistema pune e persegue homossexuais desde a admissão desses indivíduos nas Academias Militares.

Espera-se, a partir da discussão fomentada aqui, que a hipótese desse trabalho possa ser provada verdadeira e que a teoria desenvolvida possa se tornar, em um futuro não tão distante, mais aprofundada, relevante e reconhecida pela academia e pelas Forças Armadas para que as experiências de abuso e trauma que militares homossexuais passam dentro das instituições militares possam ser expostas e um diálogo sobre o tema seja criado a fim de que no futuro haja políticas contra esses

comportamentos abusivos e para que as Forças Armadas reflitam a diversidade da sociedade ao qual elas também fazem parte.

2. As Problemáticas de Homossexuais nas Forças Armadas

Antes de tudo, é importante definir o que é a homossexualidade: uma pessoa homossexual, e aqui incluem-se gays (homens) e lésbicas (mulheres), é aquela que sente atração física e sexual por outra pessoa do mesmo sexo, além do sentimento de afetividade com pessoas do mesmo sexo e de todos os simbolismos dentro dessa comunidade que a distingue da comunidade heteronormativa⁶⁰. É sabido que a homossexualidade esteve presente em toda a história da humanidade, desde os gregos antigos. Com a ascensão da Igreja Católica durante a Idade Média, com seus princípios de castidade e pudor público, as atividades sexuais, homossexuais e heterossexuais, foram recriminadas e, principalmente, a homossexualidade foi condenada como um pecado, sendo considerada ainda hoje por parte da sociedade como um comportamento errado. Até hoje, segundo o relatório de 2017 da International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA)⁶¹, 75 países ainda consideram práticas homossexuais ilegais, ocorrendo até pena de morte em alguns deles, como por exemplo, Sudão e Irã.

Se a discussão sobre a presença de gays e lésbicas na sociedade está mais aberta, teoricamente, ao diálogo e à mudança, ela ainda é tabu, com preconceitos e achismos nas Forças Armadas. Estas instituições ainda possuem preceitos muito arcaicos e extremamente tradicionais de gênero e sexualidade como aspectos biológicos, assim como sobre o papel e a inserção sociais que homens e mulheres devem ter dentro da sociedade, como afirma Carreiras (CARREIRAS, 2006, p. 41, tradução livre)⁶²: “Em nenhuma outra área as conexões entre biologia e comportamento social foram tão exploradas e abusadas.”

As questões que se desenvolvem sobre a presença de homossexuais nas Forças Armadas são ainda mais sensíveis do que aquelas sobre as mulheres cisgênero e heterossexuais, por exemplo, pois ao passo que elas estão conquistando cada vez mais espaço dentro do meio militar, mesmo que de modo lento, os homossexuais ainda são excluídos e penalizados por sua sexualidade na grande maioria dos países⁶³. Obviamente que homens gays, antes e até mesmo depois de se reconhecerem

⁶⁰ Para mais informações, consultar a seção “*Actual Causes of Homosexuality and Numbers of Homosexuals*” em *Gays and Lesbians Issues: A Reference Handbook*. (STEWART 2003, p. 34).

⁶¹ Para mais informações sobre o relatório, acessar: <http://ilga.org/downloads/2017/ILGA_State_Sponsored_Homophobia_2017_WEB.pdf>. Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

⁶² “*In no other area have the links between biology and social behavior been so exploited and abused.*”

⁶³ Segundo um levantamento do Palm Center, da Universidade da Califórnia em Santa Bárbara, feito em 2009, apenas 25 países no mundo (África do Sul, Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Irlanda, Israel, Itália, Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, República Tcheca,

publicamente como homossexuais, gozam de privilégios que as mulheres não possuem por conta do seu gênero, mas a partir do momento em que eles revelam sua (homo)sexualidade é comum o boicote e perseguições contra eles dentro da corporação, de acordo com o relato do Coronel entrevistado para este trabalho.

A discussão sobre o banimento ou não de homossexuais das Forças Armadas, principalmente de homens gays, se dá pelo papel social que é esperado de um homem militar. Cria-se uma expectativa de que o militar será um homem másculo, duro, ríspido, intransigente e sem resquícios de sentimentos que não pode apresentar comportamentos considerados socialmente femininos tanto na esfera pessoal como profissional. Um homem gay, em sua forma mais estereotipada, seria então o completo oposto do homem militar: ele gesticula, tem a voz afeminada e demonstra seus sentimentos livremente, sendo assim considerado inapto para servir às forças de defesa do seu Estado simplesmente pelo seu comportamento e preferências sexuais. Também não é incomum opiniões ainda muito arcaicas sobre o papel social do homem e do sexo como forma de relacionamento interpessoal, como expresso pelo General Gonzalo Cuevas, do Exército chileno, em uma publicação do Memorial do Exército Chileno:

Temos que a conduta homossexual não é própria da natureza do homem — a finalidade do sexo é a procriação, e esta se dá somente entre parceiros de sexos distintos — e, por isto, é socialmente inadequada por desviar a natureza que seu exercício leva, o que afeta a vida comunitária alterando em certa forma a normalidade da convivência. (CUEVAS, 2004, p. 34, tradução livre)⁶⁴

Opiniões como estas, carregadas de preconceito, não só implicam uma restrição imensa sobre as diversas formas de relacionamento sexuais que o ser humano pode usufruir, como demonstra a falta de conhecimento do autor ao falar que a homossexualidade não é uma conduta natural humana, sendo que, desde o lançamento do artigo, a homossexualidade já havia sido retirada há 14 anos do índice de doenças mentais da OMS, pois ela nunca foi uma doença na realidade. Além dessa opinião, que acaba sendo lugar comum em discussões sobre a homossexualidade, outras ainda são levantadas por aqueles que consideram irregular a participação de homossexuais nas Forças Armadas, tais como: homossexuais podem ser facilmente chantageados por conta da sua sexualidade, se tornando um risco para a instituição, o que se provou não ser verdade, pois não há dados empíricos sobre essa situação (STEWART, 2003, p. 53); a homossexualidade é uma escolha e, por ser uma escolha, gays e lésbicas podem reprimir a atração por pessoas do mesmo sexo para se encaixarem na cultura da instituição em que desejam se inserir, nesse caso, nas Forças Armadas (Idem, p. 54), no entanto é sabido que

Suíça, Reino Unido e Uruguai.) tinham legislações que permitiam homossexuais servirem nas Forças Armadas dos seus países. Para mais informações: *COUNTRIES THAT ALLOW MILITARY SERVICE BY OPENLY GAY*. Palm Center. Disponível em: <<http://archive.palmcenter.org/files/active/0/CountriesWithoutBan.pdf>>. Acesso em: 15 de setembro de 2018.

⁶⁴ “Tenemos que la conducta homosexual no es propia de la naturaleza del hombre -el fin del sexo es la procreación, y ésta se da sólo entre parejas de distinto sexo- y, por lo mismo, es socialmente inadecuada por la desviación de la naturaleza que su ejercicio con lleva, lo que afecta la vida comunitaria alterando en cierta forma la normalidad de la convivencia.”

homossexuais reconhecem desde o momento em que passam a desenvolver pensamentos sexuais que eles sentem atração por pessoas do mesmo sexo; há potenciais riscos de assédio sexual de homossexuais a heterossexuais (LAZO, 2006, p. 03), no entanto essa é uma questão que deve ser discutida como uma política única para todos os membros da instituição e não somente para determinado grupo, por exemplo, homens heterossexuais também assediam mulheres; há grandes riscos de contaminação do vírus HIV nas unidades com a presença de homossexuais (Idem, p. 03), opinião que demonstra além de preconceito, desinformações sobre uma doença sexualmente transmissível em qualquer ato sexual, seja entre dois homens, duas mulheres ou entre um homem e uma mulher, sem o uso de preservativo; e a mais comum entre aqueles que defendem o banimento de homossexuais das Forças Armadas:

Um dos princípios básicos da Instituição militar é o companheirismo a fim de atuar como uma “unidade”, por tanto não são toleráveis condutas que podem produzir divisões, como é o caso do homossexual. (CUEVAS, 2004, p. 39, tradução livre)⁶⁵

Sobre esta questão, já foram feitos estudos empíricos em exércitos multinacionais em operações de paz demonstrando que soldados homossexuais não alteram o funcionamento das tropas, pois a homossexualidade não é um fator que influencia a dinâmica das tropas. Além disso, entre aqueles que declararam que se afastariam das forças militares caso homossexuais fizessem parte delas, na prática continuaram servindo (Ibidem, p. 05).

Ainda sobre a unidade dentro das tropas militares, sendo as Forças Armadas, e principalmente o Exército, casos extremos de *gendered-organizations*, como já citado, se torna possível para que homens militares rompam barreiras que muitas vezes civis não podem romper em relação às relações interpessoais com outros homens, como citado por Carreiras: “A participação nas Forças Armadas permite que os homens transcendam em muitos das coações da masculinidade hegemônica uma vez que lhes são permitidos criar laços mais íntimos com outros homens do que se é normal no mundo civil.” (CARREIRAS, 2006, p. 42, tradução livre)⁶⁶. Desse modo, as instituições militares, que em sua maioria defende o banimento de homossexuais, na realidade acabam se tornando espaços nos quais a homoafetividade, considerada aqui de modo não sexual, mas de laços afetivos de amizade por exemplo, pode fluir com mais liberdade e profundidade entre homens que compartilham experiências diariamente juntos. Sendo assim, apoiar o banimento de homossexuais, que assim como heterossexuais podem compartilhar laços homoafetivos sem nenhuma intenção sexual, se torna contraditório nas Forças Armadas, visto que estas são instituições que tem como premissa reforçar esses laços (Idem, p. 42).

⁶⁵ “uno de los principios básicos de la Institución militar es el compañerismo a fin de actuar como una “unidad”, por tanto no son tolerables conductas que pueden producir divisiones, como es el caso de la homosexual.”

⁶⁶ “Participation in the military allows men to transcend many of the constraints of hegemonic masculinity since they are allowed more intimate bonds with other men than is typical in the civilian world.”

Entretanto, a norma ainda é o banimento de gays e lésbicas das suas forças de segurança na maioria dos países do mundo, o que acaba gerando efeitos negativos tanto na vida privada como na vida social e profissional de soldados e soldadas homossexuais. Caso eles escondam sua sexualidade e permaneçam em seus cargos, não podem usufruir com plenitude seu modo de ser em sua vida pessoal por medo de serem descobertos, caso falem publicamente sobre o assunto, podem ser perseguidos, prejudicados, condenados e até expulsos de suas atividades ⁶⁷. De um jeito ou de outro, soldados homossexuais na maioria das vezes não conseguem gozar dos mesmos privilégios básicos que soldados heterossexuais gozam, como por exemplo, declarar publicamente sua sexualidade. Já nas exceções, em Estados que permitem que gays e lésbicas sirvam em suas Forças Armadas, esses militares, assim como as mulheres cisgênero e heterossexuais já citadas, passam a ser considerados *tokens*, sua visibilidade dentro da instituição é aumentada, a pressão por representar toda uma classe político-social é imposta a eles e as consequências disso são pessoas extremamente sobrecarregadas, solitárias e definidas apenas por uma característica (CARREIRAS, 2006, p. 34).

Como visto até aqui, ainda existem questões no que concerne à participação das mulheres e de homossexuais nas Forças Armadas que precisam ser discutidas dentro e fora do meio militar. Dentro das Forças Armadas se torna mais necessário pela postura que elas ainda adotam sobre questões de gênero e sexualidade, com opiniões que não acompanham o nível de informação disponível na atualidade sobre tais assuntos. Ainda mais sensível é a questão de pessoas transgênero dentro das Forças Armadas, que devido à extensão do tema, não é possível ser tratada neste trabalho, mas que precisa ser muito discutida em todos os âmbitos sociais.

3. Análise da (Homos)sexualidade Dentro do Exército Brasileiro a Partir do Relato de um Oficial Gay

O Coronel é um homem, com 48 anos de idade, homossexual, que entrou na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1987 e atualmente se encontra na reserva do Exército Brasileiro com a patente de Coronel. A entrevista foi feita presencialmente na sua casa, em modo semiestruturado (BONNI, QUARESMA, 2005, p. 75), em 02 de outubro de 2018, gravada e posteriormente transcrita e corrigida para uma norma menos coloquial.

Com a primeira pergunta da entrevista buscou-se entender como foi seu processo de admissão, acreditando-se que ele havia entrado através de uma Escola Preparatória, e suas motivações para seguir a carreira militar. De acordo com ele:

⁶⁷ O QUE ACONTECEU COM O PRIMEIRO CASAL GAY A SE REVELAR NO EXÉRCITO BRASILEIRO. Época, 2017. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/especiais/EPOCA-1000/noticia/2017/08/o-que-aconteceu-com-o-primeiro-casal-gay-se-revelar-no-exercito-brasileiro.html>>. Acesso em 15 de setembro de 2018.

“É, na verdade, eu não entrei pela Escola Preparatória, na minha época você poderia fazer a AMAN por (porque havia) três formas diferentes: A EsPCEX, que era a Escola Preparatória, ou pelos Colégios Militares ou por concurso de admissão, pois a pessoa que era civil fazia o concurso. No meu caso, eu estudei no Colégio Militar do Rio, e eles têm um número determinado de vagas para a AMAN e dentro dessas vagas eu me incluí, fiz uma prova, passei e fui [...] eu não sabia nem muito o que me esperava dentro do Exército, eu só sabia que o Exército era uma coisa muito... Tinha aquela ideia de “ralação”, com o pessoal rastejando e tal, mas eu entrei mesmo porque eu era muito novo, eu tinha 16 anos e foi meio que “Ah, você vai ser oficial”, meu pai disse, ‘bom, não deu Marinha, mas de qualquer maneira você vai ser Oficial’. Então o meu pai, ele saiu como Sargento, praça, e ele falou: ‘De onde eu comecei, você vai estar começando então não deixa de ser um status ou alguma coisa’. Aí eu fui, mas sem saber muito o que me esperava. Na verdade, não era o Exército que eu queria, mas acabei gostando depois que eu entrei.”

A partir desse trecho, entendem-se as motivações do Coronel ao entrar na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e como foi seu processo de iniciação como oficial do Exército brasileiro. Buscar-se-á, a partir de agora, desenvolver mais as questões relativas à experiência do Coronel como homem homossexual nas Forças Armadas brasileiras.

Quando se trata de homossexualidade nas Forças Armadas, existe uma série de opiniões pré-concebidas dentro das academias militares e nas casernas, como já mencionadas por Stewart (2003), Marcus (2002) e Lazo (2004) neste trabalho, que discriminam e reprimem durante toda sua carreira militar aqueles que se identificam como homossexuais. Esse *ethos*, que privilegia e considera como norma os comportamentos relacionados com a ideia de masculinidade hegemônica acaba fazendo com que as instituições militares sejam espaços em que a masculinidade heterossexual é garantida e assegurada, enquanto outras interpretações de masculinidades sejam apagadas e punidas (CARREIRAS, 2006, p. 41).

Através da entrevista feita com o Coronel, oficial homossexual que serviu no Exército Brasileiro até 2017, a questão da homossexualidade nas Forças Armadas pode ser estudada por um viés empírico e questões ditas como verdades, como por exemplo, que todo militar é homofóbico, podem ser estudadas com mais afinco, levando em consideração o relato pessoal do entrevistado. Além disso, conforme o decorrer da seção, é possível perceber que os seus relatos corroboram com a hipótese que está tentando ser provada aqui.

A primeira pergunta relacionada à homossexualidade feita para o Coronel foi quando ele se reconheceu como homossexual e qual foi o papel que a AMAN e a própria rotina militar exerceram neste lado privado de sua vida. De acordo com ele:

“Então, na verdade, assim, eu acho que eu sempre me vi, ou eu sempre me percebi, sempre me reconheci como homossexual, entendeu? Só que como a minha família é muito conservadora, meu pai é militar, a minha família é evangélica de uma forma geral, isso sempre foi uma coisa que para mim, recebendo toda essa carga de valores de que a homossexualidade é uma coisa errada, então a gente acaba sendo influenciado por isso. E na verdade, na minha pré-adolescência eu fui muito martirizado com isso como uma coisa errada, que eu era o estranho, que eu era uma aberração ou coisa do tipo. Nisso aí, até os 16 anos eu vivia nesse conflito, eu sabia que tinha atração por pessoas do mesmo sexo, mas conseguia me controlar por conta disso né? [...] Na verdade, aquilo (ingressar na AMAN) para mim foi uma tábua da salvação,

porque eu já estava tão preso, que quando eu fui para a AMAN, na verdade eu me afastei da família, eu me afastei da igreja e de tudo aquilo, daquele sistema que me apontava e dizia que eu era uma pessoa errada. Embora ninguém soubesse ou, pelo menos, não abertamente de mim, poderia até desconfiar, mas para mim a AMAN foi uma tábua da salvação [...] E eu acho que fiz uma revolução interna, tanto mental quanto sentimental e essa fase dos 16 para os 17 eu estava na AMAN, e ao mesmo tempo eu fui passando a me aceitar do jeito que eu era, entendeu? Então eu considero que eu fiz a minha própria revolução e comecei a quebrar com as coisas que me impuseram e comecei a derrubar tudo, entendeu? Então assim, nessa época eu comecei realmente a me aceitar, quando eu entrei para a AMAN, na verdade, AMAN foi um afastamento de tudo o que me prendia e que me dizia que a minha sexualidade era errada. E foi ali que eu me autoafirmei e que eu me aceitei realmente”.

Afirmando que sempre se reconheceu como homossexual e que sofreu repressão durante toda sua adolescência por querer se relacionar com outros homens, o Coronel derruba um dos argumentos homofóbicos existentes dentro do meio militar de que a homossexualidade é uma escolha (STEWART, 2003, p. 53), se realmente fosse uma escolha, este comportamento não teria aflorado principalmente após ele entrar na AMAN, ambiente heteronormativo. E mesmo que ele tenha se aceitado como homossexual e a AMAN tenha tido um papel fundamental neste processo de autoaceitação, a Academia Militar nunca foi um ambiente em que a homossexualidade poderia ser vivenciada no seu cotidiano, conforme ele explica quando questionado se a AMAN era um ambiente em que ele podia viver livremente sua sexualidade:

“Não, não, não era. Na minha época pelo menos, agora as coisas estão um pouco mudadas, não tanto, mas estão um pouco mais flexíveis talvez. Na minha época era muito, assim, taxativa também essa questão da sexualidade ou de entrar um homossexual lá, até porque eu cheguei a presenciar alguns casos que aconteceram de cadetes que pediram o desligamento por conta disso. Assim, ‘Ah porque descobriram que eles eram’, é, porque foi pego em flagrante com outro ou coisa do tipo, e eu na minha época ficava totalmente preso, não podia demonstrar nada e não podia vivenciar a minha sexualidade lá dentro, então era como se fosse um ‘Aqui não’, lá fora talvez, mas aqui não. [...] Mas assim, eu fui levando, e, na verdade, eu sobrevivi, em termos de sexualidade, porque lá dentro você tem que viver como uma outra pessoa, você não pode demonstrar nada ou não pode nem olhar muito para determinada pessoa ou para alguém com segundas intenções porque você simplesmente ‘Ó, sobrevive aquilo ali’, e a sua sexualidade você pode viver fora, entendeu? Lá dentro é como se eu me negasse totalmente...”.

A partir desse relato percebe-se que a Academia Militar é um ambiente inóspito para homossexuais. Quando o Coronel fala que sobreviveu, ele não fala somente de ter conseguido passar anos omitindo sua sexualidade a fim de se passar despercebido dentro do Exército Brasileiro, mas a omitindo para manter uma carreira dentro das Forças Armadas Brasileiras que o sustentava e que o tornava dependente financeiramente. No entanto, a homossexualidade está a todo momento presente, pois é intrínseca ao homossexual, então foi natural perguntar em quais momentos ele poderia vivenciá-la, uma vez que estava na maior parte do tempo na AMAN ou em outros ambientes militares. Segundo o Coronel,

“[...] as férias ou final de semana eram o espaço de tempo ali que eu tinha para viver a minha sexualidade porque lá dentro eu voltava e ‘Opa, acabou’. Não posso demonstrar nada, entendeu? Não posso opinar...”.

No entanto, mesmo fora de serviço, a carreira militar se torna tão onipresente na vida do militar, por ser considerada mais que um trabalho, mas uma vocação e um chamado que ocupa todos os aspectos da vida do indivíduo (JANOWITZ, 1988, p. 175) que nem em sua vida privada o militar pode viver abertamente sua sexualidade, como é o caso do Coronel que acabou se tornando vítima de fofocas dentro do Exército Brasileiro:

“[...] com o passar do tempo eu me lembro que eu tive os meus primeiros problemas quanto a essa questão da sexualidade na época em que eu já era tenente. Eu estava na Brigada Paraquedista e aí começaram os primeiros boatos de que (me viram) com uma roupa assim, assim e assado, que me viram em uma boate gay, na época uma boate em Jacarepaguá, uma boate que eu frequentava, e aí começaram a vir esses boatos e isso começou a percorrer lá...”.

E a partir do momento em que o militar passa a ser considerado como homossexual, ou seja, destoante da norma de masculinidade esperada pelas Forças Armadas, é comum que ele comece a sofrer perseguições e represálias, mesmo que veladas, que prejudicam o desenvolvimento da sua carreira e tornam seu ambiente de trabalho suscetível a assédios morais. Conforme depoimento do Coronel, mesmo não tendo falado publicamente que era homossexual durante sua carreira, ele passou a sofrer represálias de seus superiores, de acordo com ele:

“[...] eu acho que até na época ali de capitão ou major, então até os idos de 2004, 2005, eu acredito que recebi muita... não é pressão não... represália, pelo fato de eu ser gay, entendeu? Não era uma coisa explícita, mas era assim, você me cortar o curso que eu estava a fim de fazer, era você não me promover, se eu pisasse na bola eu levava punição, e isso aconteceu algumas vezes, entendeu? Coisa que se acontecesse com alguma outra pessoa qualquer, e coisa que eu vi acontecer, então, por exemplo, fulano fez isso, ‘Ah, mas ele é filho de general, é hétero e tal...’. O cara nem era punido, mas comigo, se eu deixei a bola cair, deixei a peteca cair ali, acabou, toma punição”.

Essas perseguições e punições criam, para os militares homossexuais, um ambiente que os constringem e assediam, os deixando inseguros dentro do seu próprio espaço laboral. Quando perguntado se sentia constrangido dentro do Exército Brasileiro e quais eram os tipos de represálias e constrangimentos que o militar sofre dentro da instituição militar, o Coronel respondeu:

“Sim, com certeza, porque como eu te falei, a instituição, eles te... Porque a cultura que predomina ainda é a cultura do preconceito, mesmo o Ministério da Defesa já deixando registrado que um casal homoafetivo vai ser considerado da mesma forma que um casal hétero. Isso aí vem como ordem, mas a ordem muita das vezes esbarra na cultura, no pensamento que predomina. Então assim, é muito mais fácil você ficar calado e de tempos e tempos você sofrer essas represálias, principalmente na época em que eu vivi porque eu falo com as pessoas que eu conheço que são mais novas e que estão no Exército, na Marinha, e eu digo que ‘Olha, a situação hoje é diferente’, mas de qualquer maneira eu oriento as pessoas de se manterem (no ‘armário’) porque a gente nunca sabe quem é o nosso comandante, se ele é homofóbico ou não. Às vezes o seu comandante pode ser um cara super mente aberta, mas é o seu comandante de batalhão, o seu comandante da brigada é homofóbico, como tem amigos meus agora que estão nessa situação. Então assim, você pode ser prejudicado, só que esse prejuízo não é de uma forma clara, porque ainda mais nos tempos de hoje ninguém fala que é homofóbico, ninguém fala que tem preconceito, mas no fundo tem. Então a pessoa age na surdina, ela age assim: Se tiverem dois candidatos para fazerem um curso nos Estados Unidos, como teve agora, um colega meu do Sul, ele é sargento, ele fala um inglês quase que fluente, o cara é ‘bã bã bã’, está

na Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos, todo mundo considera o cara, mas ele tem um namorado e agora adotaram uma menina também. E aí ele foi selecionado para fazer um curso nos Estados Unidos, dentro do universo de seleção ele era o primeiro para ir, entendeu? Assim, ele falava melhor o inglês, tinha o conceito e tal tal tal. Quando chegou a informação de que quem iria fazer o curso, iria levar a família ou alguma coisa assim, ele falou que iria levar e, no caso, a família dele era o companheiro dele, não tinha a menininha ainda não. E aí na mesma hora, quando ele deu a informação e subiu, foi lá para o gabinete do Comandante do Exército, ele foi tirado. Ou seja, isso é uma represália”.

Sendo assim, a partir dessa fala é possível entender como se dá a sabotagem, o cerceamento e o constrangimento de um militar que tenta se assumir homossexual dentro do Exército Brasileiro, que é a partir de ações veladas e sem justificativas plausíveis, além de se ter claro que esse tipo de perseguição se dá em todos os níveis hierárquicos, pois faz parte de uma cultura heteronormativa que ainda é perpetuada nas Forças Armadas. No entanto, como o Coronel menciona, as Forças Armadas não são ambientes totalmente homogêneos, então é possível que se encontrem militares, hierarquicamente superiores, que não farão discriminação por conta da sexualidade. Ainda segundo o Coronel, a tendência é que a homofobia dentro do Exército Brasileiro diminua conforme o passar do tempo e com a saída de militares mais velhos que ainda estão muito arraigados no *ethos* militar tradicional.

No entanto, esse *ethos* ainda é predominante em toda a instituição. Declarar publicamente sua homossexualidade sendo um militar é, conforme o próprio Coronel, um desafio a todo o sistema militar. E esse sistema, especificamente no caso do Exército Brasileiro, está apoiado ainda no Código Penal Militar de 1969 que em seu artigo de número 235 condena atos libidinosos dentro de lugar sujeito à administração militar (BRASIL, 1969). O grande problema está no texto, que discrimina diretamente o ato libidinoso homossexual, enquanto o heterossexual fica implícito. Textos como esses, tão datados, ainda influenciam diretamente a cultura perpetuada pelo *ethos* militar, conforme afirma o Coronel quando perguntado sobre isso:

Com certeza. Com certeza. Teve uma época que até estavam tentando tirar isso e, na verdade, o pessoal está querendo... os ativistas da causa gay estão querendo ver e tirar isso do Código Penal, embora o pessoal que está no Supremo Tribunal Militar é um pessoal ainda arraigado com um preconceito machista e homofóbico, tá? Até mesmo esse General Mourão, que é vice do Bolsonaro, também é um cara extremamente machista e homofóbico, entendeu? E ele já foi lá no STM... então o que predomina lá, infelizmente, ainda é isso, e por isso exatamente que... só por isso que ainda não tiraram. Porque para mim, dentro do ato da área de Administração Militar, qualquer ato sexual deveria ser banido, como em qualquer local de trabalho, entendeu? E não em você especificar ali “Ah, ato sendo homossexual ou não”.

Atualmente casado e com um filho, ele se sentiu confortável e seguro para declarar sua família oficialmente para o Exército Brasileiro apenas em 2016, já no final da sua carreira militar, como Coronel. De acordo com ele, esse conhecimento público foi mais natural nessa época, tanto graças à maior discussão do assunto dentro das Forças Armadas como pelo seu cargo. Sobre sua declaração publicamente como homossexual, ele fala:

Então, já no final da carreira, isso em 2016, isso já não foi tão forte, entendeu? Na verdade isso reforçou e me serviu como um exemplo, que é o que eu te falo, o pessoal que é mais novo, tanto que é sargento ou capitão, de várias Forças Armadas, falam que me têm realmente como um exemplo e um farol a ser seguido, mas, se pra mim já foi doloroso, já foram dolorosas as represálias que eu tive como tenente, capitão ali, e até major mais ou menos, eu não queria naquela época tentar desafiar, para mim seria muito mais sofrida a minha vida como um todo, porque de repente poderia ter uns problemas maiores, que poderiam ser enfrentados, e já no final da carreira eu acho que isso foi uma coisa que foi natural e que foi tranquila, entendeu? Acho que a mudança de mentalidade também coincidiu e ajudou e fez com a que coisa fosse mais facilmente aceita.

Essa aceitação mais natural e sem maiores incidentes foi graças, segundo ele, ao atual momento que se vive de maior discussão sobre diversidade, sexualidade, identidade de gênero e aceitação daquilo que não é considerado como parte das características da masculinidade hegemônica. Com o aumento das discussões sobre esses assuntos na mídia, nas redes sociais e no cotidiano da população, situações que antes eram consideradas erradas, como o casamento homoafetivo, podem ser implementadas como uma política promovida pelo Ministério da Defesa. Sobre as perspectivas futuras da questão da homossexualidade dentro das Forças Armadas, o Coronel declarou:

Então, eu acredito que há um ambiente propício para isso, e as pessoas realmente têm que mostrar, realmente têm que colocar a cara ao sol. Porque já existe uma norma, porque antes nem norma tinha, e agora já existe uma norma de “Ó, casal homoafetivo é considerado igual ao casal heteroafetivo, as Forças Armadas têm que aceitar isso aqui”. Isso veio do Ministério da Defesa, isso é uma coisa legal, entendeu? Quando não tinha lei era pior, mas agora tem uma lei que dá respaldo. Claro, a pessoa... foi o que eu te falei, ela vai se deparar contra as represálias individuais de elementos possivelmente homofóbicos que ela talvez tenha (que enfrentar), mas assim, realmente esse esforço coletivo eu acho que melhora a vida de todos, de uma maneira geral. Porque realmente as pessoas vão acabando aceitando e se acostumando com essa ideia.

Por fim, foi tratado também sobre questões relacionadas à gênero dentro das Forças Armadas, tanto sob uma perspectiva de mulheres cisgênero heterossexuais como também sobre pessoas transgênero e transexuais, discussões que estão no mesmo campo, mas que, no entanto, estão longe de serem discutidas com a mesma frequência. Sobre os valores que ele aprendeu durante sua carreira no Exército Brasileiro, se ele os considerava masculinos ou humanos, o Coronel respondeu:

Quando eu entrei eram exclusivamente masculinos, tanto que agora há uma mudança paulatina de valores, agora temos a primeira turma de mulheres na Academia Militar, então assim... mas ainda hoje, o pessoal, digamos, que da velha guarda ainda fica batendo na tecla de que “Mulher não é para isso”, entendeu? Que não é uma atividade para mulher, e aí colocaram as mulheres no Exército e colocaram as mulheres apenas em duas armas, se eu não me engano Intendência e Material Bélico, eu achei até que, “Bom, por que não em Comunicações também?” Mas enfim... É, colocaram só nessas duas para começar a testar, e com o passar do tempo ir colocando elas em todas as armas, quadros e serviços. Mas é uma mudança de mentalidade que vai aos poucos mudando... O ambiente de trabalho do Exército de uma maneira geral, na época antes das mulheres oficiais, tinha as sargentos que entraram primeiro, mas só também na instância de saúde. Então assim, fora desse ambiente específico de saúde, que tinha uma enfermeira, às vezes uma dentista, uma médica na área de saúde ali, mas o batalhão como um todo, qualquer quartel a cultura era muito masculina. [...] É um ambiente, assim, muito machista de uma maneira geral.

Portanto, a partir do desenvolvimento teórico feito ao longo desse trabalho e da entrevista com o Coronel, homem homossexual que passou quase 30 anos tendo que esconder sua homossexualidade no Exército brasileiro, percebe-se como o *ethos* militar tradicional ainda é enraizado na cultura militar de masculinidade hegemônica na qual qualquer outra interpretação do que é ser masculino automaticamente é excluída e punida como anormal e errada, as consequências para estes indivíduos são o cerceamento e a sabotagem de suas carreiras dentro das Forças Armadas Brasileiras. Além disso, afere-se que esta cultura também está enraizada no machismo presente em toda a sociedade brasileira, na qual tudo que toca na esfera feminina é considerada não digna ou inferior à esfera masculina, é por isso também que as mulheres ainda encontram dificuldades em se inserirem dentro das instituições militares e sua presença ainda precisar ser debatida como uma desvantagem nas questões de poder do Estado.

4. Conclusão

Ao se viver no país que mais mata lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros e travestis no mundo, o mínimo que se pode fazer em uma posição de privilégio, que é estar inserido dentro da academia e do desenvolvimento de conhecimento, é falar sobre uma comunidade marginalizada, que é assassinada e morre cada vez mais pelo preconceito, pela discriminação e pelos crimes de ódio em todo o Brasil. Ao se tratar um tema tão sensível à academia, às Forças Armadas e à sociedade brasileira nunca se esperou afrontar, ridicularizar ou repudiar tais instituições, mas mostrar que ainda existem seres humanos que não podem amar abertamente sem medo de serem cerceados, punidos e perseguidos nos seus trabalhos, que homossexuais, acima de tudo, são indivíduos como quaisquer outros, que querem constituir uma família, ter filhos e assegurar os direitos básicos que as instituições militares provêm também aos seus maridos e dependentes.

Conclui-se este trabalho retomando à pergunta que o incentivou a ser criado e à hipótese que se buscou provar como verdadeira durante sua elaboração: Militares homossexuais sofrem perseguições e punições nas Forças Armadas por conta da sua sexualidade? De acordo com o que foi exposto até aqui, a partir das problemáticas envolvendo homens homossexuais dentro do Exército brasileiro apresentadas através de teóricos como Stewart (2003), Marcus (2002) e Lazo (2004) que rebatem as críticas, muitas vezes infundadas, dos motivos pelos quais esses indivíduos não deveriam fazer parte das Forças, e a partir também da discussão da masculinidade hegemônica, promovida por Helena Carreiras (2006) e como esse senso de masculinidade interfere nas relações afetivas e laborais dentro do Exército tradicional e com o desenvolvimento, partindo do estudo do *ethos* das instituições militares por meio de uma perspectiva *queer* e com o depoimento do oficial homossexual do Exército Brasileiro,

a única resposta que se chega é que sim, homens homossexuais militares sofrem perseguições nas Forças Armadas.

Chega-se a esta conclusão ao mesmo tempo com pesar ao pensar em todos os militares que precisam viver dentro de um padrão heteronormativo constantemente, escondendo e reprimindo uma parte de suas vidas que é tão importante ou até mesmo se negando viver este lado para poderem se encaixar em instituições tradicionais no que diz respeito aos seus valores, tradições e cultura. No entanto, também se conclui este trabalho com esperança nas ações e atitudes que algumas pessoas estão tomando dentro do próprio sistema militar ao mostrar quem realmente são, amando quem eles querem amar e provando através de profissionalismo e competência que a sexualidade não deve ser utilizada como parâmetro para a entrada, punição ou expulsão desses indivíduos dentro das instituições militares.

Referências bibliográficas

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em *Tese*, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BRASIL. *CÓDIGO PENAL MILITAR*, 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1001.htm>. Acesso em: 17 de novembro de 2018.

BRASIL. *CONVÊNIO DE GENEBRA*, 1949. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/normativa_internacional/Sistema_ONU/DH.pdf>. Acesso em: 02 de novembro de 2018.

CARREIRAS, H. *Gender and the Military: Women in the Armed Forces of Western Democracies*. Axon: Routledge, 2006.

CUEVAS, G. S. La Homosexualidad y las FF.AA in *Memorial del Ejército del Chile*, nº 473, Agosto de 2004. Disponível em: <<http://www.cesim.cl/archivos%20memorial/2000-2009/2004/Segunda%20edici%C3%B3n%202004.pdf>>. Acesso em: 01 de novembro de 2018.

JANOWITZ, M. *The Professional Soldier: A Social and Political Portrait*. Nova Iorque: Free Press, 1988.

LAZO, C. O. REFLECTIONS UPON HOMOSEXUALITY IN THE ARMED FORCES. *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad, Santiago*, n.3-4, p. 267-278, ano 18, Jul/Dez. 2004. Disponível em: <http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-14982006000100003&lang=pt>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

LGBTQ+ DEFINITIONS. *Trans Student Educational Resources*. Disponível em: <<http://www.transstudent.org/definitions/>>. Acesso em: 15 de setembro de 2018.

MARCUS, E. *Making Gay History: The Half-Century Fight for Lesbian and Gay Equal Rights*. HarperCollings E-books, 2002.

MARLOWE, David H. “The Manning of the Force and the Structure of Battle. Part 2 – Men and Women.” Pp. 189–99 in *Conscripts and Volunteers: Military Requirements, Social Justice and the All-Volunteer Force*. Ed. R. K. Fullinwider. New Jersey, NJ: Rowan & Allanheld, 1983.

MOTT, L. Homo-afetividade e direitos humanos. *Rev. Estud. Fem.*[online]. 2006, vol.14, n.2, pp.509-521. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200011>>. Acesso em: 15 de setembro de 2018.

O QUE É LGBTQIA. USP Diversidade, 2018. Disponível em: <<http://prceu.usp.br/uspdiversidade/lgbtqia/o-que-e-lgbtqia/>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

PESSOAS LGBT MORTAS NO BRASIL: RELATÓRIO 2017. Grupo Gay da Bahia, 2017. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>>. Acesso em: 15 de setembro de 2018.

STATE-SPONSORED HOMOPHOBIA. International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA), 2017. Disponível em: <https://www.ilga.org/downloads/2017/ILGA_State_Sponsored_Homophobia_2017_WEB.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2018.

STEWART, C. *Gay and Lesbian Issues: A Reference Handbook.* Santa Bárbara: ABC-Clio, Inc., 2003.



HOPLOS

Revista de
Estudos Estratégicos e
Relações Internacionais

Vol. 3 - No. 5 - 2019
ISSN: 2595-699X



PPGEST-UFF